



Anais da Assembléia

Nº 70

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; PST - 8: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; PRN - 04: Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; PFL - 08: Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - Suplentes PFL e PRN: Júlio Buton - José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz; PDT - 06: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - Suplentes: Namiir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; PTB - 06: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Jensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; PSDB - 04: Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - Suplentes: José Boiko - Paulino José Delazeri; PT - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; PL - 03: José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; Deputados Licenciados: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Milton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Tóti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Elio Rusch, João Iensen, Oswaldo Trevisan, José Alves, Luiz Antonio Setti, Nelson Garcia, Rafael Greca de Macedo e Severino Félix (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

32 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata.- Aprovada.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Ofício:

OF. Nº 152/92/GLG/PMDB
Senhor Presidente.

Informo Vossa Excelência que estarei ausente na sessão plenária de amanhã, quarta-feira, 27.05.92, acompanhando o Governador do Estado em Cianorte, ocasião em que esta liderança será exercida pelo Deputado Renato Adur.

Sendo o que havia para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 053/92 que "autoriza o Poder Executivo a anuir em ratificação de instituição de usufruto, em favor da Fundação João XXIII, e dá outras providências", nos termos do artigo 146 da Constituição Estadual, pois o referido Projeto de Lei, tem por objetivo regularizar 02 (duas) situações existentes no Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 66/92 (item 03), de autoria do Deputado Paulo Maia, que dispõe sobre penalidade a empregadores que restrinjam o direito da mulher ao emprego.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e vo-

tação do Projeto de Lei nº 327/91 (item 07), de autoria do Poder Executivo, que transforma a COMEC em autarquia, conforme específica.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Vereador Belmiro Sebastião Marques, ocorrido no dia 24 de maio, no Município de Parana-guã.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Vereador Belmiro Marques foi empresário, foi Presidente do Clube dos Nordestinos que ele fundou, foi Presidente da Ordem dos Músicos e um rotariano ativo.

Mas, acima de tudo, Belmiro foi um homem sensível, dedicado, tendo sempre a preocupação voltada para os mais pobres. Os desafortunados da sorte, os sem saúde, nele encontravam o refúgio para a solução de seus problemas.

Requeiro, ainda, que do presente se dê ciência à família e filhos do referido requerimento, e aos Senhores: Ednon Fernandes Zacharias, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguã; Associação dos Nordestinos de Paranaguã, Rua Nestor Victor, 1.259 - Paranaguã - PR; Indústria Mecânica Negri, Rua Antônio Pereira, 206 - Paranaguã - PR; e à Senhora Rosa Marques, Rua Gabriel de Lara, 357 - Paranaguã - PR.

REQUERIMENTO Nº 778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos desta data, "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor KALIL KARAM FILHO.

Requer, outrossim, que do presente se-ja dada ciência à família do extinto, no

seguinte endereço: Rua José Casagrande, 230 - Barigüi das Mercês - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Kalil Karam Filho, nascido aos 24 de maio de 1923, era casado com D. Margarida Karam e deixa duas filhas: Andréa e Claudete. Vítima de insidiosa moléstia, faleceu exatamente no dia em que completava 69 anos de idade.

Pessoa de vasto relacionamento e gozando de grande amizade e prestígio, era empresário e ex-Juiz de Futebol, carreira que começou ainda jovem, quando estudante do Colégio Santa Maria. Por mais de duas décadas pertenceu ao quadro de árbitros da Federação Paranaense de Futebol, por quem foi homenageado, ao completar 23 anos de atividade, recebendo o prêmio "Apito de Ouro". Encerrou sua brilhante carreira em 1971, marcando sua passagem pelo futebol paranaense com honradez e dignidade. O extinto pertencia, ainda, a uma das mais tradicionais famílias do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Professor Lelington Lobo Franco, pela assunção da presidência do Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná, que representa a classe dos profissionais de química no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o outo Plenário, que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, Votos de Congratulações pela passagem do Dia da Indústria, comemorado nesta data.

Desde a Revolução Industrial Inglesa sabemos que a Indústria é a grande força propulsora das transformações econômicas, políticas e sociais no mundo. Basta verificar, por exemplo, a situação dos países precocemente industrializados comparada a realidade daqueles que tiveram industrialização tardia. Nos últimos, os modelos políticos são arcaicos, vitimados constantemente por ataques sangrentos à democracia. Neles, também, os indicadores sociais apontam baixíssimas qualidade de vida da população. Industrializar é, portanto, fo-

mentar o crescimento de uma nação em todos os sentidos e a partir da sua unidade fundamental, o homem.

Numa data consagrada à Indústria, o que se espera é uma discussão entre patrões e trabalhadores, no sentido de melhores condições de trabalho, em contrapartida obtendo otimização de resultados na produção.

O investimento do industrial no seu corpo de trabalhadores é a promessa de qualidade e quantidade na produção; e parece que a maioria dos brasileiros já encontraram esse caminho. Não têm sido singulares as demonstrações de união patrão/trabalhador para superação de dificuldades impostas principalmente pelo mal gerenciamento da política econômica nacional.

Recentemente essa união deu resultados na baixa de preços da indústria automobilística.

Têm se multiplicado, também, os centros de formação profissional, escolas técnicas, centros de tecnologia industrial, unidades móveis e centros de atividades, os quais vêm estabelecendo padrões cada vez mais aperfeiçoados para implementar e monitorar a industrialização. E com essa responsabilidade mútua que queremos nos congratular. E com o equilíbrio de uma união proveitosa, buscando estabelecer metas de longo alcance, de qualidade e de produtividade, de maneira planejada e dinâmica, de acordo com os princípios modernos de administração, que queremos nos congratular no Dia da Indústria.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco; ao presidente da Federação das Indústrias do Paraná, FIEP, Jorge Aloysio Weber; ao Superintendente do Serviço Social da Indústria, SESI, Caio Amaral Gruber; ao Diretor Regional do Serviço Nacional Aprendizagem Industrial, SENAI, Ito Vieira e ao Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi, IEL, Ubiratan de Lara.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações aos empresários Hélio Grügmann de Campos, Kamal David Curi, Ricardo Albuquerque Rezende e Wilson Thiesen, por haverem sido homenageados com a medalha do Mérito Industrial, e ao empresário Sérgio Prosdócimo, por haver recebido o diploma de Honra ao Mérito, por ocasião do Dia da

Indústria (25/05).

Em cerimônia realizada pela Federação das Indústrias do Paraná, FIEP, os empresários supramencionados receberam homenagens em função dos relevantes serviços prestados à indústria paranaense.

Que a presente proposição enseje os cumprimentos deste Poder à capacidade e ao trabalho dedicado dos empresários homenageados pela FIEP no dia da indústria.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER à Vossa Excelência, encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Mário Pereira, encarecendo-lhe urgência na retomada e conclusão das obras do Contorno Sul da cidade de Rolândia, paralisados em abril de 1989 e, desde então, abandonadas aos efeitos da erosão e do matagal.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Impõe-se a imediata retomada das obras viárias do Contorno Sul no Município de Rolândia, parte do projeto original de duplicação da rodovia de ligação Londrina-Maringá, abandonado já em abril de 1989. A reativação dos trabalhos de conclusão deste Contorno Sul beneficiará toda a região, pólo intermediário entre as duas maiores cidades paranaenses do interior, em especial o Município de Rolândia, que teria desviado do seu centro urbano um tráfego calculado em mais de 15 mil veículos por dia. Caso a obra não seja imediatamente retomada, haverá encarecimento determinado pela necessidade de sua restauração e prejuízos à população com a falta de segurança, enquanto não ocorre o desvio do tráfego de veículos do centro da cidade. Entendemos que Rolândia, pujante Município do Estado do Paraná, sobretudo em razão da força de trabalho de seu povo, tenha o direito de merecer essa atenção das autoridades constituídas, sob pena de se mostrarem relapsas e omissas no gerenciamento da causa pública.

REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Doutor Heitor Wallace de Mello e Silva, Presidente do BANESTADO, no sentido de determinar estudos para a implantação, nas principais agências, de um caixa especial para atendimento aos idosos e

deficientes.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Para facilitar o atendimento ao idoso e ao deficiente físico, que estão diariamente passando por desconforto ao enfrentarem as enormes filas, estamos sugerindo estudos para a implantação, nas principais agências, de um caixa especial.

Os valores humanos vão aos poucos se esfacelando, ocasionando problemas de ordem social dos mais complexos, especialmente com a idade e a deficiência.

O BANESTADO tem sido base sólida e ponto de apoio para os empreendimentos paranaenses. Ajuda portanto, no crescimento da economia, no desenvolvimento empresarial, na geração de empregos para os paranaenses nos mais variados segmentos. A par disso, o BANESTADO possui diversos programas eminentemente sociais, e em especial ao idoso e ao deficiente.

Esses fundamentos justificam a amplitude da sugestão em tela, a qual esperamos seja acolhida para minorar o sofrimento dessa gente.

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, solicito envio de expediente, aos Senhores Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, no sentido de que seja liberado duas (02) viaturas ao Município de Centenário do Sul, sendo uma destinada a Polícia Militar e outra à Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que seja negado o pedido de intervenção federal solicitado em razão da negativa do Governador do Estado do Paraná em utilizar a força policial no despejo das famílias que ocupam uma fazenda que está em processo de desapropriação, e também para que seja deferido o mandado de injunção impedido pelo Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: José Tavares e Dobrandino da Silva.

JUSTIFICATIVA:

A atitude inédita do Governador Roberto Requião merece apoio e incentivo desta Casa de Leis, principalmente porque a fazenda em questão está ocupada desde 1988, estando em processo de desapropriação desde 89 no INCRA.

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, DNER, solicitando a urgente viabilização de redutores de velocidade na BR-116, nas proximidades do Hospital Erasto Gaertner.

O elevado número de acidentes e atropelamentos, inclusive com vítimas fatais, ocorridos nas proximidades do Hospital Erasto Gaertner tem motivado a comunidade a lançar constantes e sensibilizadores apelos às autoridades, no sentido de que sejam tomadas medidas a fim de impedir a continuidade dos acidentes. Um destes apelos encontra-se anexo ao presente requerimento e é da lavra do Diretor da Casa de Apoio Lourdes Canet, Roberto Bettega, que corrobora o pedido de acidentes, preocupado com o risco imposto aos pacientes que são encaminhados para tratamento no Hospital Erasto Gaertner.

Diante disto, confiamos nas providências do DNER para solução dos problemas na localidade destacada.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(a) ALGACI TÓLIO

"Curitiba, 13 de maio de 1992.

Exmo. Senhor Deputado Estadual

Algaci Osmário Túlio

Curitiba - PR

Prezado Senhor:

A Casa de Apoio Lourdes Canet, situada na Rua Luiz Carlos Pereira da Silva, nº 170 no Bairro do Capanema, é destinada a oferecer hospedagens a pacientes do interior do Estado e outros que venham para tratamento nos hospitais de Curitiba.

Nosso maior número de pacientes são tratados no Hospital Erasto Gaertner, carentes que não dispõem de recursos para pagamento de transporte que os levem ao citado Hospital.

A Direção da Casa de Apoio, preocupada com o grande número de atropelamentos ocorridos nestes últimos dias, no trecho da BR-116 vem por meio desta solicitar junto a Vossa Senhoria, se possível tomar providências junto ao Órgão responsável

por esta rodovia, de adequar uma maneira para pedestres poderem atravessar sem o risco de serem atropelados (passarela, lombada, etc.).

Certo de poder contar com vossa valiosa colaboração, apresento meus votos de estima e consideração.
Atenciosamente,

CASA DE APOIO LOURDES CANET

Liga Paranaense de Combate ao Câncer

(a) ROBERTO T. C. BETTEGA

Diretor

REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário e utilizando-se de suas atribuições regimentais, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, manifestando apoio desta Casa pela postura adotada em relação à negativa de uso de força policial para a execução de despejos das famílias que ocupam a Fazenda Cancam, desde 88, no Município de Roncador, lembrando que a referida área tem processo de desapropriação desde 89 no INCRA.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

DR. ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Parlamentares Federais do Estado do Paraná, para que agilizem o processo de regulamentação dos artigos 184 e 185 da Constituição Federal, que tratam sobre a reforma agrária.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Já existe um Projeto de Lei em tramitação na Câmara Federal, regulamentando o rito sumário para desapropriação de terras, proposta esta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.

REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. Roberto Requião, solicitando que seja estudada a possibilidade de isenção do pagamento das taxas de água e

energia durante sessenta dias à população atingida pelo violento tornado que se abateu sobre o Município de Almirante Tamandaré, neste Estado, no dia 17 de maio último. Requer, da mesma forma, que se estude a viabilidade de suspensão da cobrança do ICMS das empresas locais, pelo mesmo período.

As medidas sugeridas tem por finalidade minimizar os impactos da catástrofe sobre a população de Almirante Tamandaré, criando condições para que as famílias e as empresas atingidas possam retomar suas atividades na normalidade.

Atualmente, um grande mutirão de solidariedade às vítimas da tragédia em Almirante Tamandaré é desenvolvido junto à população e as medidas aludidas no presente viriam evidenciar a preocupação do Poder Público com a reconstrução das casas destruídas e com as famílias penalizadas com o desabrigo e perda dos bens.

Sala das Sessões, em 26.05.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais (art. 135 - parte final), REQUER, o encaminhamento de expediente desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando que este informe o que se segue:

I - Se a Secretaria de Educação, tendo em vista a inexistência de vagas escolares nos 1º e 2º graus de ensino oficial, na Cidade de Arapongas, mantém convênios com estabelecimentos de ensino privado na mesma e referida cidade, para complementação de vagas?

II - Em caso positivo, qual ou quais os estabelecimentos de ensino privado conveniados com a Secretaria da Educação para tanto?

III - Em caso positivo, quanto é o custo para a Secretaria da Educação, por aluno conveniado e qual é o critério adotado para a escolha do estabelecimento de ensino privado?

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Emilia Belinati e Mário Bezerra.

REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inscrição nos Anais desta augusta Casa de Leis, a Carta de Porto Alegre. Saúde com Direito à Vida!, aprovada pelo III CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA e o I ENCONTRO DE SAÚDE COLETIVA DO CONE-

SUL.

Requer ainda, seja dado conhecimento à ABRASCO, CEBES e Ministério da Saúde (Dr. Adib Jatene).

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 151/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DA VILA GUAÍRA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.92.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 04 de julho de 1980, portanto, há doze anos, a Associação de Moradores Unidos da Vila Guaíra, sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores e à circunvizinhança, tem sua sede na Vila Guaíra, nesta Cidade de Curitiba.

O objetivo básico da entidade é congregar os habitantes da Beira da Linha, Caixa D'água e Vila Guaíra, buscando soluções para os seus problemas, promovendo o seu desenvolvimento comunitário, bem como o da comunidade em que está inserida, proporcionando a seus associados condições adequadas para a plena realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e de desenvolvimento geral.

Após constatação de que, há aproximadamente doze anos, legalmente, a Associação de Moradores em questão desenvolve plenamente os trabalhos propostos quando da sua fundação, decidimos ingressar com o presente plano, objetivando declará-la de utilidade pública. Inclusive porque esse reconhecimento já foi obtido junto à comunidade da Vila Guaíra, onde a entidade goza de inigualável prestígio.

Vale destacar, ainda, a seriedade das diretorias que sucederam-se na direção daquela Associação, responsável pelo grandioso trabalho em prol dos moradores da Vila Guaíra, nesta Capital.

São nossas razões para o Projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

Está ausente do Plenário.

Concedemos a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sociedade civil, a sociedade democrática brasileira não pôde, infelizmente, ver acontecer um fato que seria inédito em nosso País, onde o poder ditatorial, arrogante, torturador, usurpador dos direitos democráticos, poder este que em nome da segurança nacional, eliminou, prendeu, torturou, calou a voz, expulsou do País e eliminou centenas de lideranças democráticas, populares e sindicais deste País, após 1964, esta sociedade democrática não pôde ver o primeiro general ser julgado por um júri popular no Brasil: o General Nilton Cruz. Não chegou a sentar no banco dos réus, porque também, o que seria pela primeira vez, e também pela primeira vez uma professora aposentada que ele diz desconhecer, impetrou "habeas corpus" defendendo a tese de que não poderia o mesmo ser julgado por civis.

A sociedade democrática deste País espera que isto ocorra em breve. Ao sentar no banco dos réus, no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, acusado da morte do jornalista Alexandre Boungarten, o General Nilton Cruz estaria abrindo um precedente histórico: pela primeira vez em cinco século um general iria - esperamos que vá a júri popular, neste País.

O General Nilton Cruz, o todo-poderoso ex-Chefe da Segurança Nacional, iria ao banco dos réus responder pela morte de um jornalista que colaborava com o SNI, na época, e que foi encontrado morto no dia 25 de outubro de 1982.

Duas pessoas além do jornalista morreram neste ato terrorista. Era sua esposa, sua mulher Janete e o barqueiro que o conduzia. Seus corpos foram encontrados carbonizados a 90 km do Rio de Janeiro. O barco em que o jornalista, sua esposa e o barqueiro andavam, até hoje não foi encontrado, não se sabendo do seu paradeiro.

Além do depoimento de Cláudio Polila, testemunha do caso contra o General, há a referência escrita pelo próprio jornalista, quando diz no seu dossiê que "hoje o SNI decretou minha morte, e os responsáveis serão Nilton Cruz e Otávio Medeiros. Cruz foi diretor da agência do SNI no Rio, mas afirma que nada tem a ver com o desaparecimento do jornalista.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no rastro das investigações deste processo, que já é hoje o maior do Brasil, com 22 volumes, estenderam-se nos últimos dez anos, jogou-se lama, respingou-se lama nos três poderes deste País. Infelizmente não pudemos ver o que deveríamos ter visto na semana passada, segundo a imprensa denuncia erros como diz aqui na Revista Veja "uma balbúrdia jurídica executada a quatro mãos impediu o julgamento. Num erro de

instância". O documento lavrado pelo Ministro Marco Aurélio tem o seguinte comentário do Promotor Rafael Cesário. Sustenta ele que havia recebido um telefonema apenas da suspensão do Habeas Corpus. Diz o Promotor: "Foi um equívoco do Juiz mas o pedido estava muito mal encaminhado", analisa o Almirante Julio de São Bierrenbach, que diz não ter dúvidas de que Nilton Cruz é caso para Tribunal Civil. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que impede deste general ir para o banco dos réus, provavelmente as forças ocultas que por trás do próprio Poder Judiciário o influenciam, quando vimos aqui na imprensa declarações do próprio General Figueiredo, do próprio seu irmão General Euclides que diz que este julgamento pelo Tribunal Civil é uma vingança das esquerdas do País contra a revolução de 64. Queríamos perguntar a sociedade brasileira quanto ao atentado do Rio Centro quando dois militares morreram o que seria, o que responderia o General Euclides Figueiredo. As coincidências são muitas que nesse momento por segunda ou terceira vez se é cancelado por um pedido de habeas corpus infundado analisado pelo próprio Promotor e pelos próprios juristas que um militar não vai para o banco dos réus. Quem são os militares? Por serem militares não poderão e não deverão pagar pelos seus crimes contra a sociedade brasileira. Isto nós deixamos o questionamento para a sociedade, e esperamos que esse julgamento seja feito em breve que o General Nilton Cruz vá parar na cadeia e vá pagar pelos seus crimes hediondos durante o período da ditadura militar nesse País, contra o povo e a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fui um dos Parlamentares que, utilizando-me da tribuna, tecia críticas a falta de ação do Governo do Estado, referente ao transporte de bôias-frias, e vemos que o Governo do Estado, dentro de poucos dias, determinou a ação efetiva no que diz respeito a segurança destes trabalhadores.

Nesta oportunidade nós não podemos também deixar de ressaltar este gesto do Governo do Estado que, com certeza, vai minimizar e vai resolver um problema bastante sério, que é o transporte desses trabalhadores.

Acreditamos que é por aí que a sociedade é atendida nos seus anseios, e também queremos destacar nesta oportunidade, o requerimento que demos entrada nesta Casa, preocupados - juntamente com a comunidade

e com a manifestação que já houve neste sentido, com a comunidade do Município de Rolândia, quando diz da preocupação referente ao contorno sul daquela localidade.

Eu quero me somar àquela comunidade a sua preocupação e deixar aqui registrado a nossa preocupação também porque ali pelas manifestações dos diferentes órgãos daquela sociedade, eles expuseram a preocupação da questão da segurança de trânsito que, infelizmente, só discriminou a cidade de Rolândia, e nós temos certeza da pujança daquele Município, nós temos certeza da grandiosidade daquele Município e queremos nos somar também, pedindo ao Governo do Estado a sua sensibilidade para com os manifestos da comunidade de Rolândia.

Estamos, neste momento, apresentando requerimento para ser apresentado ao Secretário de Transportes, solicitando urgência para a conclusão das obras do Contorno Sul do Município de Rolândia.

Um dos fatos bastante preocupantes, que nos leva a isso também - além da manifestação daquela comunidade - é o que traz a "Folha de Londrina" do dia 17 de maio de 1.992, dos valores que já foram investidos naquela obra, e estes valores são dinheiro do povo, representam dinheiro público! E a cada dia a mais que esta obra vai sendo protelada, obviamente vai causar uma despesa maior ainda aos cofres públicos do Estado do Paraná, vai causar um dispêndio maior ainda do dinheiro do nosso Estado.

Por isso, quero me somar àquela comunidade e às suas preocupações. Por isso, estamos apresentando requerimento a esta Casa, também externando a nossa preocupação.

(Lê):

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ"

SOMULA: Requer encaminhamento de ofício ao Secretário dos Transportes com solicitação de urgência para a conclusão das obras do Contorno Sul de Rolândia.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Mário Pereira, encarecendo-lhe urgência na retomada e conclusão das obras do Contorno Sul da cidade de Rolândia, paralisadas em abril de 1.989 e, desde então, abandonadas aos efeitos da erosão e do matagal.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1.992.

(a) Deputado PAULO MAIA - PDT
JUSTIFICATIVA:

Impõe-se a imediata retomada das obras viárias do Contorno Sul no Município de Rolândia, parte do projeto original de duplicação da rodovia de ligação Londrina-Maringá, abandonado já em abril de 1.989. A reativação dos trabalhos de conclusão deste Contorno Sul beneficiará toda a região, polo intermediário entre as duas maiores cidades paranaenses do interior, em especial o município de Rolândia, que teria desviado do seu centro urbano em tráfego calculado em mais de 15 mil veículos por dia. Caso a obra não seja imediatamente retomada, haverá encarecimento determinado pela necessidade de sua restauração, e prejuízo à população com a falta de segurança, enquanto não ocorre o desvio do tráfego de veículos do centro da cidade. Entendemos que Rolândia, pujante município do Estado do Paraná, sobretudo em razão da força de trabalho de seu povo, tenha o direito de merecer esta atenção das autoridades constituídas, sob pena de se mostrarem relapsas e omissas no gerenciamento da causa pública."

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É uma preocupação bastante grande e registro também a nossa preocupação pelo fato que queira o povo de Rolândia não estar pagando, pelo fato do Prefeito daquela localidade ser o Prefeito do nosso Partido, o PDT, e tenho certeza que não é isso que está prevalecendo, tenho certeza que assim como as declarações do Secretário de Transportes não de prevalecer, de que este Projeto é uma das prioridades do Governo do Estado do Paraná, e nós esperamos que haja brevidade na sua retomada e conclusão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

Hoje é um daqueles dias que ocupar esta tribuna, não me confere nenhuma motivação. Faço-o porém, compungido pela dor e pela perda irreparável que ora registro.

A cidade de Paranaguá, no último domingo, perdeu um cidadão, cheio de méritos.

Uma grande alma.

Um coração maior que ele próprio...

A prova dessa verdade, nós pudemos constatar ontem - no dia de seu enterro - pela presença do povo que lhe foi prestar homenagem e lhe dar o último adeus...

Vítima de problemas pulmonares, faleceu meu grande amigo BELMIRO MARQUES.

Ele foi uma figura extraordinária...

Vivo ele não teve tempo para si pró-

prio. Cuidava dos outros e esquecia que ele mesmo precisava de cuidados. Por isso não descansava: BELMIRO foi empresário... Foi Presidente do Clube dos Nordestinos que ele mesmo fundou... Foi Presidente da Ordem dos Músicos... Foi um rotariano ativo... Foi Vereador...

Estava em pleno exercício do mandato e em campanha para uma reeleição assegurada...

Mas, acima de tudo, BELMIRO MARQUES foi um homem sensível, dedicado, tendo sempre a preocupação voltada para os mais pobres. Os desafortunados da sorte, os sem saúde, nele encontravam o refúgio para a solução de seus problemas...

Seu gabinete na Câmara Municipal de Paranaguá, foi sempre concorrido, mas ele atendia quem precisava de si em todos os lugares onde estivesse.

Se, o homem, o cidadão foi sempre um exemplo de bondade e de amor ao próximo... O político era um exemplo de comportamento e fidelidade.

Simples, humilde, BELMIRO não era capaz daqueles arroubos que a tribuna oferece, mas ele soube ser efetivo quando as leis da cidade necessitavam de seu parecer sempre justo e equilibrado.

Paranaguá perdeu o BELMIRO e um vácuo se abriu...

Na condição de seu amigo muito fraterno lamento a sua morte.

É uma perda que nos machucou a todos, mas que será sentida em maior profundidade pelo que dele dependiam: a pobreza de Paranaguá... Que, agora, em oração pede a Deus por ele.

Que Deus o tenha!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Venho a esta tribuna, Senhor Presidente, eu quero falar sobre o fórum de debates que ocorreu nesta Casa através da Comissão de Educação, o qual assinamos Requerimento, juntamente com o Deputado Presidente da Comissão, Alceu Swarowski.

No meu ponto de vista Senhor Presidente, eu acho que foi importantíssimo esse debate na medida em que se abre a discussão entre os segmentos organizados, os sindicatos, para debater esse Projeto; é o Projeto de Lei que se refere à Previdência do Estado. É polêmico o projeto, é preocupante, nós tivemos oportunidade de analisar, e sentimos a preocupação não só desta Casa, dos Senhores Deputados, mas dos previdenciários do Estado, ou seja, todos os

servidores do Estado.

Eu já havia manifestado à Liderança do Governo, na medida que se abre o debate, a discussão, você proporciona a possibilidade de nós, Deputados desta Casa, aperfeiçoar este Projeto de Lei. Eu confesso que no meu ponto de vista, e ouvindo até alguns juristas, dá para se notar a preocupação e o tamanho da responsabilidade que esta Casa está assumindo. Portanto, eu quero registrar a importância que houve no debate, com referência ao Projeto de Lei, alguns Deputados, poucos estiveram presentes, ouvimos os presidentes dos sindicatos, alguns juristas, inclusive até com certas agressões e críticas aos Deputados, mas como nós vivemos em democracia, podemos não concordar, mas respeitamos o ponto de vista de cada um.

Eu quero crer, que conforme vão surgindo as discussões, conforme vão surgindo os pareceres das Comissões desta Casa, eu creio que novos debates surgirão e esta Casa terá oportunidade, ouvindo todos os segmentos, de aperfeiçoar este Projeto e até dividindo as responsabilidades. Portanto, eu queria trazer esse registro a esta Casa e parabenizar o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Alceu Swarowski, por proporcionar este debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Duas são as razões que me trazem a esta tribuna nesta tarde. A primeira delas, agradecer ao nobre Deputado Paulo Maia pelo interesse que está tendo no Contorno Sul de Rolândia, portanto, muito obrigado pelo interesse do Deputado. E a segunda razão é contestar ao mesmo Deputado que levanta questão de Ordem no que se refere ao contorno sul de Rolândia, inclusive questionando se o Governo do Estado está contra a administração do Município de Rolândia, esta não é a verdade nobre Deputado, porque o contorno sul de Rolândia lamentavelmente está paralisado há três anos aproximadamente.

Primeiro acreditamos na incompetência do Prefeito do PDT naquela cidade, que tão logo assumiu a administração, não teve a capacidade de gerenciar junto ao então Governador Alvaro Dias, no sentido da conclusão daquela obra de relevada importância para o Norte do Paraná e não apenas Rolândia. Por isso, nós queremos neste instante, ao contestarmos, dizer ao nobre Deputado e aos Senhores Deputados, que estamos trabalhando incansavelmente para que aquele contorno saia rapidamente, embora sabendo os Senhores Deputados de nossa lu-

ta para que fosse incluído no orçamento para 1992, foi uma luta séria, não obstante havermos conseguido este alcance, na verdade ainda aquela obra não teve seu início.

Temos gerenciado junto ao Senhor Governador, junto à Secretaria dos Transportes, pedindo urgência, pedindo até encaminhamento para que aquela obra tenha sequência, infelizmente até o presente momento não obtivemos sucesso...

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. EURIDES MOURA - No Pequeno Expediente não é permitido apartes, mas se a Mesa permitir, posso concedê-lo.

O Sr. Colombino Grassano - Estou acompanhando o drama de Vossa Excelência há muito tempo. Recebi há pouco tempo, também, memorial da Câmara de Vereadores de Rolândia e não me pronunciei a respeito desse contorno em respeito ao trabalho de Vossa Excelência nesta Casa, mas devo adiantar a Vossa Excelência que recursos há, mesmo porque ainda agora a Comissão de Constituição e Justiça acaba de votar uma suplementação para a Secretaria dos Transportes da ordem de dezoito bilhões de cruzeiros, tirando recursos da "panela vazia" e de outros programas governamentais para que o Senhor Secretário do Transporte fizesse seu plano rodoviário.

Então, seria uma boa ocasião e que Vossa Excelência solicitasse então que esses dezoito bilhões aprovados pela Comissão de Justiça hoje, uma parte, ao menos, fosse destinada à conclusão do trecho do contorno rodoviário do Município de Rolândia, que também vai beneficiar o Município de Arapongas, e se antes não interferi, foi justamente para não invadir a seara que Vossa Excelência tem com muita dignidade, representado nesta Assembleia Legislativa.

O SR. EURIDES MOURA - Eu agradeço sensibilizado as palavras do nobre Deputado Colombino Grassano. E é claro que estaremos lutando nesse sentido para que aquele contorno que não é apenas de Rolândia, é de toda região do Norte do Paraná e de todas as pessoas que trafegam nos dois sentidos, possa ser concluído ainda em 1992.

Iremos continuar a nossa luta, no entanto gostaríamos de dizer, lamentando até profundamente que os nossos opositores na Cidade de Rolândia, conhecendo a nossa força política, conhecendo a força política de nosso grupo, só agora, a quatro meses das eleições é que levantam a questão do contorno sul. Aí é que nós lamentamos profundamente num momento deste, sabendo

de nossa luta incansável para que aquela obra, a mais importante a nosso ver, em todo o Estado do Paraná tenha a sua seqüência rapidamente.

Agora, há quatro meses das eleições, os nossos opositores estão tentando denegrir a nossa imagem, o nosso trabalho, não obstante, fazer a crítica por trás, impedir-nos que conseguíssemos audiência na Secretaria dos Transportes junto ao Governador do Estado para falar sobre a obra.

Vem, então, o nosso protesto realmente neste aspecto, porque o contorno sul de Rolândia, sem dúvida nenhuma, para nós é a obra de maior importância; continuaremos trabalhando para que ela saia num futuro bem próximo.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Companheiro Deputado Eurides Moura, eu pedi um aparte a Vossa Excelência para poder ser justo, porque sou testemunha da sua peregrinação, do seu trabalho já no ano passado, por ocasião da elaboração do orçamento do Estado do Paraná.

Na Secretaria dos Transportes foram diversas vezes que me encontrei com Vossa Excelência, procurando, sensibilizando o Secretário dos Transportes, os seus técnicos para que inserisse no orçamento do Estado, recursos para construção do contorno sul de Rolândia. Além daquele trabalho, tive oportunidade de acompanhá-lo, ser sua testemunha também em outras ocasiões; viajando com o próprio Secretário dos Transportes, Vice-Governador Mário Pereira, onde Vossa Excelência pleiteava, insistia para que se licitasse essa obra. Em outras ocasiões, junto ao próprio Governador do Estado do Paraná, eu tive a oportunidade de testemunhar quando Vossa Excelência com muita segurança, com muita determinação, com muita firmeza colocava, pleiteava junto ao Governador para que essa obra fosse licitada o mais breve possível.

Desta forma, ilustre representante de Rolândia, receba deste Parlamentar os meus cumprimentos, o meu reconhecimento pelo trabalho de Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e pela luta incansável que Vossa Excelência ao longo do tempo, tem travado na defesa dos direitos do povo de Rolândia e daquela região.

Os meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, uso o horário da Liderança do PMDB.

Agradecendo o Deputado Toti Colaço, eu dou um aparte ao nobre e querido Deputado, vizinho, Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral - Meu companheiro Deputado Eurides Moura, eu quero me solidarizar com Vossa Excelência. Eu, como morador da vizinha Cidade de Rolândia, como morador de Cambé, sou testemunha da necessidade vital para o Norte do Paraná da execução do contorno sul de Rolândia. Efetivamente, eu tenho acompanhado a sua caminhada junto ao Secretário dos Transportes, a sua caminhada junto ao Governador Roberto Requião, a sua insistência, persistência para que esse contorno seja realizado na nossa vizinha Cidade de Rolândia. É uma obra importante para Rolândia, mas de fundamental importância para todo o Norte do Paraná, para todo o desvio da safra agrícola, para todo o transporte, a ligação do Sul de São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, para Foz do Iguaçu, tudo hoje passa por dentro de Rolândia. Este desvio é para segurança do Norte do Paraná, para segurança das famílias. É de uma importância fundamental.

Eu sou testemunha do seu trabalho. Todas as vezes em que estivemos juntos com o Governador Roberto Requião, sempre o Senhor reivindicou, sempre o Senhor cobrou e, efetivamente, eu sempre me somei a essa sua cobrança, porque a cobrança de Rolândia é a cobrança de todo o nosso Paraná. E eu tenho certeza de que, não somente eu, os Deputados Estaduais com assento nesta Casa, principalmente aqueles do Norte do Paraná, são solidários a sua causa e entendemos a sua luta e quero parabenizá-lo por essa caminhada, por essa reivindicação constante e tenho fé em Deus e esperança que o Governador Roberto Requião será sensível e efetivamente executará essa obra tão importante para todos nós.

O SR. EURIDES MOURA - Muito obrigado aos Deputados pelos apartes.

Eu gostaria ainda de registrar o seguinte, os nossos adversários, realmente, conhecendo a força política nossa eu disse e repito vêm usando realmente desses instrumentos escusos agora no momento das eleições para tentar denegrir a nossa imagem.

Digo mais, a administração de Rolândia comprou toda imprensa regional, por isto não temos força e nesse sentido quero dizer, não obstante não termos a força da imprensa regional comprada com o dinheiro da municipalidade, mesmo assim continuaremos a nossa luta para que o Contorno Sul, que não é uma obra para o Deputado Eurides Moura, não é uma obra para o município de Rolândia, é uma obra para o Norte do Paraná, iremos lutar com todas as nossas forças e para isso peço e gostaria do apoio de todos os Senhores Deputados, independentemente de partido político, para que

conseguíssemos aquela obra de relevância e de importância para o Norte do Paraná.

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Eminente Deputado, eu não poderia de maneira alguma ficar calado diante do pronunciamento de Vossa Excelência, por várias razões. Uma delas é que quando Vossa Excelência foi Prefeito da nossa querida Rolândia, eu tive o privilégio de ser o seu Deputado e sou testemunha da sua luta pela construção, realização do Contorno Sul.

Aliás, o que tem lá feito até hoje em termos de Contorno Sul foi em razão da sua luta, quando era Prefeito de Rolândia. Conheço portanto, a importância dessa obra.

Lutamos juntos para melhorar a rodovia Rolândia/Arapongas. A duplicação da Rodovia, no tempo em que era Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, a quem nós devemos inclusive as melhorias naquele trecho de Cambê até Arapongas.

Portanto eu me somo as vozes de Arapongas, de Cambê e a de Vossa Excelência, incluindo a de Londrina, porque é aquela rodovia a mais movimentada do Estado do Paraná e a Secretaria dos Transportes sabe disso, tem esses números, tem esses dados e eu posso assegurar a Vossa Excelência que além da palavra empenhada do Secretário Mário Pereira que conhece profundamente a necessidade da realização daquela obra, o Governador Requião está sensivelmente interessado na sua conclusão.

Se ela não for concluída a curtíssimo prazo, o que eu espero que seja feito, será sem dúvida alguma, eminente Deputado, ainda no Governo Roberto Requião.

Portanto eu me somo a sua voz, a sua luta a voz daqueles que hoje aqui apartearam Vossa Excelência para dizer da grande importância dessa obra para o Norte do Paraná, para Região Norte, para Londrina, Cambê, Rolândia, Arapongas e toda aquela região, por ser uma das estradas mais importantes para o escoamento da safra, desvio de tráfego pesado e acima de tudo, evitarmos acidentes trágicos, que lamentavelmente vêm ocorrendo nas estradas do Brasil e Rolândia/Arapongas não é diferente, porque vive num continente chamado Brasil.

Muitas vezes, Deputado, nós ouvimos falar no côlera, que é uma doença que mata, que já matou 1.500 pessoas no Brasil e nós nos esquecemos que as estradas estão matando 50 mil pessoas por ano, mata muito mais do que qualquer doença, o acidente de trânsito no Brasil.

Eu mesmo já fui vítima de um acidente de trânsito nesta rodovia e posso testemunhar, a grande importância de dotarmos Ro-

lândia desse Contorno Sul.

Não só Rolândia, o Norte do Paraná é que será beneficiado dessa obra.

Parabéns a Vossa Excelência.

Vossa Excelência não está sozinho nesta luta.

O SR. EURIDES MOURA - Eu gostaria de dar uma informação, antes de passar a palavra ao nobre Deputado Heinz, não é apenas o Contorno Sul de Rolândia que não está terminada a obra não, Ibiporã também, o Contorno Norte de Ibiporã pertence nos parece a 444 que liga as barrancas do rio Tibagi até Maringá. O Contorno Norte de Ibiporã ainda para sua conclusão custará aos cofres não sei se do Estado ou da Nação porque é uma rodovia federal seis milhões e quinhentos mil dólares, inclusive Rolândia apenas seis milhões e cem mil dólares.

O Sr. José Tavares (Aparte) - Deputado, só um minutinho, para complementar. O Contorno Norte de Ibiporã, ele não está paralisado, Deputado. Ele está numa fase mais lenta, mas as obras caminham. Não no nível que nós gostaríamos. E para que a justiça seja feita o Deputado Heinz Herwig é, indiscutivelmente, uma das autoridades maiores no Estado do Paraná, em termos de estradas. E ele, ao tempo que era Secretário dos Transportes, cansou de receber apelos nossos para a conclusão do Contorno Sul de Rolândia e é testemunha da importância dessa obra também.

O Sr. Heinz Herwig - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Eu gostaria só de, ouvindo as suas palavras, solidarizar-me com o Deputado. Sei da sua luta pela obra, mas também não poderia deixar de afirmar que execução de obra não se faz com conversa só. A execução da obra terá que ser feita com medidas práticas. Nós esperamos que esta obra que foi paralisada em abril de 1989, há mais de três anos, seja finalmente concluída.

Eu sei da sua luta, inclusive, como Relator do Orçamento que fui, para que, da sua luta para incluir no Orçamento deste ano ainda a execução dessa obra. E pelo jeito a simples inclusão no Orçamento não se conduz a execução da obra propriamente dita, que é isto que a população de Rolândia espera e não só de Rolândia.

O Deputado Tavares falou muito bem para que a duplicação de Londrina até Maringá, as duas cidades polos do norte do Estado, possam ser concluídas, falta apenas a conclusão do Contorno Sul de Rolândia.

A obra já está em grande parte executada, a terraplenagem já está praticamente

concluída, já tem a base executada, inclusive, como deixei a obra quando saí da Secretaria dos Transportes. Se eles se importassem por isso, inclusive, que era a licitação da obra na época atendi, inclusive, um pedido seu e pedidos de outros Deputados e outras lideranças da região. A obra é de fato muito importante e se faz necessário que se acabe com discursos e se faça a parte prática que é a execução, finalmente, do Contorno Sul de Rolândia que é tão necessário para que muitas vidas se salvem e para o progresso da nossa região.

O SR. EURIDES MOURA - Só para concluir, nobre Presidente, eu até quero dizer ao ilustre Deputado Heinz, que eu também lamentei profundamente que aquele contorno não tivesse tido a sua conclusão em sua administração como competente, operoso e homem de bem da Secretaria dos Transportes, que nos parece marginalizou Rolândia, deixando só Rolândia para que não obtivesse a construção desta obra rodoviária e continuo a dizer, a meu ver, uma das mais importantes do Estado do Paraná. A minha parte estou fazendo. Irei lutar até o último instante. Evidentemente que a palavra final está com o Sr. Governador do Estado. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu venho à tribuna para dar uma satisfação à Comissão de Vereadores, composta por companheiros desta Casa para acompanhar a tragédia que se abateu sobre o Município de Almirante Tamandaré. Dizer a esta Comissão de que nos últimos dias recursos foram viabilizados no sentido de se achar uma solução para as famílias vitimadas pelo vendaval. Ainda no final de semana passada a coordenação da Defesa Civil, através da pessoa do Coronel Wantuil Borges, juntamente com o empenho também do Deputado Max Rosemann, trouxe de Brasília, através do Ministério da Ação Social, a importância de 320 milhões de cruzeiros. Ainda no final de semana, a LBA, também liberou uma importância avaliada em 70 milhões de cruzeiros, totalizando 392 milhões. Esta Casa através da Associação das Esposas de Deputados, através a sua Presidente, a Senhora Niva Khury, fizemos a entrega ao Prefeito de Almirante Tamandaré, de um cheque na importância de 7 milhões de cruzeiros. Ontem, ainda, em contato com o Prefeito, já tivemos também a informação de que se faz já um levantamento junto a algumas indústrias no sentido da aquisição de casas para aquelas pessoas que perderam completamente o seu imóvel.

Portanto, dizendo que as providências

estão sendo tomadas, e em nome desta Comissão Especial desta Casa, eu envio também neste momento um Requerimento ao Senhor Governador do Estado Roberto Requião para que, a exemplo do que ocorreu em Borazópolis, também seja aplicado às vítimas do vendaval de Almirante Tamandaré no sentido de que o Estado não cobre pelo menos durante 60 dias o valor referente às cobranças de taxa de água e de iluminação. Seria o mínimo que poderia se fazer para aquela população, vitimada por este vendaval.

Ao mesmo tempo, também solicitamos ao Governador que isente pelo mesmo período, as pequenas empresas com relação à cobrança do ICMS, porque estão paradas, pagando funcionários sem poder se movimentar e, conseqüentemente, não tendo arrecadação.

São os apelos que nós fazemos em nome da Comissão Especial composta por companheiros aqui nesta Casa.

Ao mesmo tempo venho a esta tribuna para dizer da importância do dia de ontem, o dia consagrado ao "Dia da Indústria", pois sabemos que desde a Revolução Industrial Inglesa a indústria é a grande força propulsora das transformações econômicas, políticas e sociais do mundo. Basta verificar, por exemplo, a situação dos países precocemente industrializados comparada à realidade daqueles que tiveram industrialização tardia. Nos últimos os modelos políticos são arcaicos, vitimados constantemente por ataques sangrentos à democracia. Neles, também, os indicadores sociais apontam baixíssima qualidade de vida da população. Industrializar é, portanto, fomentar o crescimento de uma nação em todos os sentidos e a partir da sua unidade fundamental, o homem.

Numa data consagrada à indústria, o que se espera é uma discussão entre patrões e trabalhadores, no sentido de melhores condições de trabalho, em contrapartida obtendo otimização de resultados na produção.

O investimento do industrial no seu corpo de trabalhadores é a promessa de qualidade e quantidade na produção. E parece que a maioria dos brasileiros já encontrou esse caminho. Não têm sido singulares as demonstrações de união patrão/trabalhador para superação de dificuldades impostas principalmente pelo mal gerenciamento da política econômica nacional.

Recentemente essa união deu resultado na baixa de preços da indústria automobilística.

Têm-se multiplicado, também, os centros de formação profissional, escolas técnicas, centros de tecnologia industrial, unidades móveis e centros de atividades, vêm estabelecendo padrões cada vez

mais aperfeiçoados para implementar e monitorar a industrialização.

E com essa responsabilidade mútua que queremos nos congratular. E com o equilíbrio de uma união proveitosa, buscando estabelecer metas de longo alcance, de qualidade e de produtividade, de maneira planejada e dinâmica, de acordo com os princípios modernos de administração, que queremos nos congratular no "Dia da Indústria".

Queremos também neste momento cumprir os empresários Hêlio Grugmann de Campos, Kamal David Cury, Ricardo Albuquerque Rezende e Wilson Theiensen, por haverem sido homenageados com a medalha do Mérito Industrial, e ao empresário Sérgio Prosdócimo, por haver recebido o diploma de Honra ao Mérito, por ocasião do "Dia da Indústria".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Usando de prerrogativas que este Legislativo me concede, eu tenho ingressado com vários Pedidos de Informações junto ao Plenário desta Casa, onde tenho merecido a anuência dos Nobres Pares. Assim é que formulei questões à Secretaria de Segurança Pública, à Sanepar, Copel, IPE, Secretaria de Transportes, à Secretaria da Fazenda, Detran e ao Conglomerado Banestado. Tenho recebido algumas respostas e outras estão sendo encaminhadas. Particularmente, neste momento, desejo comentar o Pedido de Informações que encaminhei à Diretoria do Conglomerado Banestado e sua respectiva resposta. E oportunamente, farei o mesmo com os outros Pedidos de Informações.

No caso do Banestado, em 14 de abril passado, questionei pontos diretamente ligados à composição dos vários Conselhos Fiscais das empresas que compõem o Grupo Banestado e ao contrato com a empresa que auditou seus últimos balanços. Na sequência, vou enumerar o que perguntei, o que foi respondido e os necessários comentários, a saber:

I) o que dizem os Estatutos Sociais de cada Empresa, em relação à escolha dos membros de seu Conselho Fiscal.

Recebi extratos dos respectivos Estatutos Sociais, contendo os capítulos em que falam da composição dos seus Conselhos Fiscais.

II) Há alguma norma ou critério definido por Autoridade Superior do Governo Estadual, orientando o preenchimento destes cargos? Diz o presidente do Conglome-

rado, Heitor Wallace de Mello e Silva: "A Lei 6.404/76, artigo 161, define e orienta o preenchimento dos cargos dos Administradores e Conselheiros Fiscais;"

Quer dizer, o Conglomerado Banestado compõe seus Conselhos Fiscais tão somente considerando a lei das S/A. Inexiste, repito, inexistente qualquer norma ou critério por parte do Governo Estadual, que representa o povo do Paraná, legítimo sócio majoritário do Grupo, quanto à composição destes Conselhos Fiscais. A lei contempla os casos genéricos. Tratando-se de recursos públicos, o mínimo que se esperaria, seria um critério, uma orientação mesmo que informalmente, para dar maior segurança na escolha dos nomes que integram estes Conselhos Fiscais.

Outra questão.

III) Os atuais integrantes dos vários Conselhos Fiscais das várias empresas são remunerados? qual o valor pago mensalmente? "Conforme determina a Carta Magna Estadual, artigo 27, incisos XVI e XVII, e Lei Estadual 8485, de 03.06.87, não recebe, remuneração somente os Conselheiros impedidos por lei. Os valores pagos aos demais Conselheiros são Cr\$ 671.262,74 mensais para o Banco e Cr\$ 653.579,37 mensais para os Conselhos das demais Empresas". Aplicação e entendimento corretos dos dispositivos legais. E o valor até que se pode considerar baixo, em função das responsabilidades legais e possíveis envolvimento, em casos de problemas.

Outra questão que levantamos no pedido de informações:

IV) Os Conselhos Fiscais têm se reunido com que periodicidade?

"Trimestralmente, para analisar os balanços e demais demonstrativos". Quer dizer, de 3 em 3 meses.

V) Quais os presidentes de cada Conselho Fiscal?

"Não há presidentes, mas Conselheiros Fiscais efetivos e suplentes, conforme determina a já citada lei 6.404/76, artigo 161, parágrafo 1º".

VI) A escolha da empresa Price Waterhouse, como Auditores Independentes, foi feita através de licitação? Quando?

Quais as empresas que participaram?

"A escolha da Price Waterhouse para o Conglomerado Banestado deu-se através de processo licitatório, em 14.2.91, aprovado pelo Conselho de Administração em 9.4.91. Participaram Ernest & Young, Sotec; Direta Auditores; Moreira Auditores; Price Waterhouse; Boucinhas, Campos & Claro; Nardon, Nasi & Cia; Arthur Andersen; Bianchessi; e Trevisan Auditores;

VII) Qual o valor e duração do contrato?

"Cr\$ 47.320.000,00 para 6.000 horas/homem, por ano, ou seja, até

11.4.92. Ignoramos se este valor tem correção, mas presumimos que sim!

Bem, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, o que sobrou de dúvidas em nossa pretensão? Alguns quesitos, que pedimos sua atenção, pois queremos reclamar providências por parte do Governo do Estado!

Vejamos:

A) - A inexistência de critério, por parte do Governo Estadual, acionista majoritário de todo o Conglomerado, nos deixa preocupados. Afinal, o Instituto do Conselho Fiscal, nas empresas, se deve à necessidade de que pessoas isentas, acionistas ou não, possam averiguar, analisar e emitir parecer sobre balancetes, balanços e suas peças contábeis legalmente existentes. Esta falta de preocupação, de cuidados por parte do Governo do Estado, permite que as nomeações ocorram ao livre desejo das forças das Assembléias, dominadas, obviamente, pelos representantes do Governo.

Ainda bem que há mecanismos legais, transcritos nos próprios Estatutos, que exigem a representação minoritária. Mas francamente em desvantagem diante do gigantismo do Estado.

B) - Diante desta ausência do Governo Estadual, o que verificamos no caso dos Conselhos Fiscais do Conglomerado Banestado?

Verificamos que no caso do Banco, principal empresa do Grupo, dos 5 nomes que firmaram o parecer de 1991, aposto ao final do citado documento, publicado no Diário Oficial do Estado, páginas 50 a 54, no dia 03.04.92, alguns deles são especialmente chamativos. Maurílio Leopoldo Schmidt é ocupante de cargo em comissão e atua junto à Secretaria da Fazenda; Rogério Kosciński é funcionário público municipal de Curitiba e está à disposição do Governo do Paraná; Aguiar Arantes é Diretor da Coordenação da Receita do Estado, órgão da Secretaria da Fazenda, Laurita Costa Rosa é Secretária Geral da Junta Comercial, órgão vinculado à Secretaria de Justiça!

C) - Quem preside o Conselho de Administração do Banco e que assinou o citado balanço já mencionado? Heron Arzua, Secretário da Fazenda, e portanto, superior hierárquico de alguns destes Conselheiros Fiscais.

D) - Não haveria aí, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, uma estranha maneira de fiscalizar contas, de analisar com isenção os balanços do Banco? A isenção não estaria comprometida? Creio que sim! E por favor, vejam bem, não conheço estas pessoas, nunca tive qualquer comentário ou documento que possa desaboná-las ou comprometê-las. Não é este o ca-

so. Falo do sistema em si, do fato. Um subordinado que aprecia as contas de seu chefe, perde a isenção necessária, mesmo que se tratando do melhor cidadão! E de bom senso!

E) - Não ficam aí minhas restrições. Alguns Conselheiros Fiscais pertencem a mais de uma empresa. Por quê? Sei que não é ilegal! Mas se tratando de tantos bilhões de cruzeiros, de tantos recursos do povo, não caberia ampliar o leque de opções e alcançar um universo maior de pessoas isentas, distantes do Conglomerado, de seus interesses? Ao permitir que se acumulem os cargos, peca-se contra esta idéia! Por que não jornalistas, professores, líderes comunitários, lideranças de empresários e de trabalhadores?

F) - No caso da Banestado Leasing S/A, um dos três Conselheiros é o diretor geral da Casa Civil, um dos principais cargos próximos ao Senhor Governador. Aliás, ocupado no momento por um competente e conhecido Advogado. Mas ao meu ver, subordinado e sem nenhuma isenção funcional para opinar sobre contas, que em última instância, seu chefe maior, o Governador do Estado, comanda!

G) - Apesar de os Estatutos da Banestado S/A Corretora de Seguros não tornar obrigatória a presença de Conselheiros Fiscais, sua existência somente daria maior consistência à análise e aos resultados obtidos pela empresa em cada exercício.

H) - Igualmente entendo assim no caso da Banestado S/A Reflorestadora, cujos Estatutos dispensam os Conselheiros Fiscais, a não ser por solicitação dos acionistas. O próprio Governo do Estado, acionista da Empresa, deveria indicar a necessidade de Conselheiros Fiscais.

Discordo do comportamento do Governo do Estado nestes dois últimos casos. Claro, também somente aceitaria que atendessem a estas sugestões desde que levassem em consideração as minhas observações iniciais, de se nomear pessoas realmente isentas, sem qualquer vínculo com os interesses do Estado, acionista das Empresas.

Diante deste quadro existente no Banestado, em todo Conglomerado Banestado, onde se nota claramente a ausência de qualquer critério que vise a isenção indispensável, é de se perguntar: NÃO ESTARIA OCORRENDO O MESMO PROCEDIMENTO EM OUTRAS EMPRESAS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, com funcionários qualificados, mas ocupantes de cargos em comissão, atuando como conselheiros fiscais em empresas cujos Conselhos de Administração seriam presididos por seus chefes, tais como Secretários de Estado?

É preocupante esta hipótese. Torço para que não seja assim. Mas se for, é de se

lamentar.

Ao concluir, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, deixo estas observações como contribuição ao Governo do Paraná, para que através de seus principais colaboradores, reflita sobre o caso. Pense. E aceite modificar o quadro atual, impondo um critério, informal até, mas capaz de resgatar a isenção que todos nós imaginamos e queremos por parte das empresas do Governo do Estado. Quanto mais fiscalização, quanto mais transparência, melhor para todos. Um Governo que contrarie estas premissas, corre o sério risco de fomentar o erro, o dolo, a corrupção e a seqüência dos mesmos! Daí, nosso alerta! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PST com a palavra, no Horário da Lideranças.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados. Ontem à tarde nós tivemos a oportunidade aqui de termos a primeira reunião da Bancada Federal do Paraná em Brasília e dos Deputados Estaduais.

Esperávamos uma reunião de trabalho, uma reunião de discussões mais amplas dos problemas do Paraná, e naturalmente os problemas de cada região aqui representado pelos seus Parlamentares.

A reunião foi mais solene do que de trabalho, lamentavelmente não tivemos oportunidade de, embora sabendo que alguns dos nossos representantes na Câmara Federal têm se empenhado pelas causas paranasistas, nós ocupamos o Horário da Liderança do nosso Partido, o PST para dizer aos companheiros e à Assembléia e para até justificar, Senhor Presidente e Senhor 1º Secretário a nossa ausência na Sessão de amanhã porque temos amanhã uma audiência com o Ministro paranaense, Affonso Camargo, Ministro dos Transportes às 11:45 horas da manhã.

Iremos em companhia do Prefeito de Guaíra, Prefeito Mário Barbosa, da Vereadora Luci, do Vereador Nandi, do Prefeito de Icaraíma Sérgio Miguel.

Iremos lá para mais uma vez tentarmos sensibilizar o Governo Federal, o Ministro dos Transportes, o Ministro das Minas e Energia, para que consigamos nesta tentativa de sensibilização a continuação das duas pontes que nos ligará ao Mato Grosso do Sul.

A Ponte de Guaíra está em negociação com o Ministério das Minas e Energia porque se trata já de um convênio antigo com a ELETROSUL. A Ponte de Porto Camargo é negociação com o Ministério dos Transportes onde há participação do Governo do Estado como houve na época do Governo Alvaro Dias, uma grande participação do Governo

do Estado do Paraná.

Nós vamos lá amanhã e por sorte estará presente o Presidente da ELETROSUL, estará o Diretor Técnico Doutor Delcídio, e por coincidência tem a nossa audiência às 11.15 e as 17:00 horas é a audiência do Secretário dos Transportes do Paraná, Vice-Governador Mário Pereira, também com o Ministro Affonso e nós não sabemos qual será a sua pauta, mas nós entraremos em contato com ele em Brasília para que na sua conversa também se trate com relação essas duas obras, porque não podemos admitir, em hipótese alguma, permitir as suas paralisações.

Vamos buscar, também junto ao Ministro paranaense a conclusão para a estrada do Boiadeiro. Faz-nos sentir, fez-nos entristecer ver hoje recursos do Paraná, recursos do Governo Federal sendo levados pela erosão.

Obras de galeria, galeria de artes, terraplenagem, tudo aquilo que fora feito ao ano passado com essas chuvaradas está sendo levado. Vamos buscar e tentar sensibilizar ao Ministro dos Transportes, Presidente da República via Ministro para que concluamos a Estrada do Boiadeiro.

Digo tudo isso, Senhor Presidente, porque queríamos ontem passar aos nossos companheiros Deputados Federais. Vamos lá discutir com o Ministro dos Transportes mostrar que é um trecho curto, que é muito mais barato, mais baixo do que a FERROESTE que hoje se briga, e está se construindo de Guarapuava à Cascavel para chegar até Guaíra.

Nós vamos lá tentar dizer mais uma vez ao Ministro dos Transportes, ao Presidente da Rede Ferroviária Federal, da continuação da rede de Cianorte até Guaíra. É um custo baixíssimo que vai ligar, sem dúvida, o Noroeste, o Norte ao Oeste do Paraná, e amanhã será uma ligação com a FERROESTE. Vamos lá pedir a conclusão da BR-272 que passa por Goioerê para chegar até Guaíra.

Usamos da Tribuna, Senhor Presidente, do Horário da Liderança do nosso Partido, porque ontem na Sessão Solene não pudemos dizer aos nossos companheiros Deputados Federais.

E ouvimos ontem, atentamente o pronunciamento do Deputado Onaireves Moura quando ele dizia que a Bancada Federal do Paraná não vai no "toma lá, dá cá", isso nos engrandece, nos engrandece pelo menos, ouvir da tribuna da nossa Casa que o representante da nossa Bancada pensa desta forma, mas nós queríamos que eles agissem assim como agem os Deputados Federais do Nordeste, que vão em busca; buscam os cargos nas negociações, mas buscam obras também. E é impossível que, somando a nossa Bancada Federal do Mato Grosso do Sul não

conseguimos pelo menos uma das duas, por que não as duas pontes, para nos ligar ao Mato Grosso do Sul, enfim, toda produção, uma parte grande da produção do Mato Grosso do Sul.

Era isso, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Consulto à Liderança do PL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A Nação tem sido sacudida nesta última semana pela confissão, pelas denúncias feitas pelo irmão do Presidente da República dando conta da podridão que assola o Governo Federal.

As notícias do tráfico de influência, de corrupção devem ser apuradas de forma exemplar. Está em jogo hoje a credibilidade das instituições democráticas.

A apuração dessas denúncias e a responsabilidade dos culpados é fundamental para o fortalecimento da nossa democracia doa a quem doer, em que essas denúncias atinjam o próprio Presidente da República. E é lamentável perceber o clima de medo que perpassa pelo Congresso Nacional que tem se omitido de analisar e verificar essas denúncias.

Nós estamos aqui no Paraná percebendo uma completa inversão de atitudes que se exige por parte da Justiça e por parte do Poder Legislativo a nível federal.

Nós, da Bancada do PT, estranhamos que nenhuma voz até a esse momento se levantou para questionar a possibilidade iminente de intervenção no Governo do Estado do Paraná, em razão da recusa do Governador do Roberto Requião em não cumprir ordens de despejos de família de sem-terras que ocupam áreas improdutivas em nosso Estado.

E lamentável a omissão que nós assistimos no Governo Federal e é lamentável a possibilidade de uma intervenção aqui no Estado do Paraná e ninguém ousa questionar essa atitude.

O Governo do Estado do Paraná aprendeu uma lição muito dura no episódio do despejo numa fazenda no Distrito de Itamarana o ano passado quando nós assistimos a uma cena que envergonhou o Paraná quando batalhões da Polícia Militar foram jogados contra homens, contra mulheres e principalmente, contra crianças.

Aquela cena serviu como uma lição a

todos os paranaenses da delicada questão agrária no nosso Estado, que não pode ser tratada de forma insensível e fria como vinha sendo tratada.

Nós precisamos da realização de uma ampla reforma agrária neste Estado e o INCRA tem se demonstrado omissivo, o Congresso Nacional também, porque não regulamenta os dispositivos constitucionais que possam viabilizar a implantação da Reforma Agrária.

O INCRA por sua vez não tem feito o levantamento das áreas ociosas do Estado do Paraná, não tem sequer feito aquilo que já estaria ao alcance do Instituto Nacional de Reforma Agrária, que é a requisição de áreas enormes existentes no nosso Estado, que são de propriedade do Governo Federal e que estão sendo pegadas para colocá-las a serviço da tão necessitada reforma agrária no nosso Estado.

Eu quero citar aqui alguns dados, aos Senhores Deputados. Apenas do Estado do Paraná. Os assentamentos existentes foram responsáveis, no ano de 1990, pela produção de 727 mil sacas de soja; 68 mil sacas de feijão, 35 mil sacas de arroz; 44 mil arrobas de algodão, a produção animal é da ordem de 20 mil cabeças de suínos, 156 mil de aves, 10 mil de bovinos e outras tantas espécies.

Quem conhece a realidade concreta da Reforma Agrária feita ao arrepio da lei deste Estado sabe a importância econômica e social que ela representa para o nosso Estado.

Quem conhece um assentamento de trabalhadores rurais do nosso Estado, sabe a diferença entre uma família vivendo debaixo de uma lona preta, excluída de todos os direitos da cidadania e uma família que produz para sociedade, que tem os filhos saudáveis, que tem a alegria de viver.

E lamentar que nós possamos observar, que a justiça neste país é tão ciosa em conceder liminares de reintegração de posse para áreas improdutivas, mas incapaz de exigir o cumprimento da função social da propriedade.

O Congresso Nacional que deveria estar regulamentando esses artigos, já previstos na Constituição de 1988, nada faz porque a sua bancada é constituída na sua maioria por latifundiários que defendem os seus interesses mesquinhos, anti-sociais.

O povo exige justiça neste país e nós não podemos admitir que no Estado do Paraná, o nosso governador que tem tido uma postura correta, uma postura de não cumprir, não fazer o papel sujo de desapropriar, desalojar famílias, mulheres e crianças com violência, porque não cabe ao Estado do Paraná, regulamentar e efetivar a reforma agrária, cabe ao Governo Federal.

Eles que façam a parte séria, a parte importante que se exige, que é a criação dos instrumentos jurídicos para efetivação da Reforma Agrária, que é a vontade política do Governo Federal para implantação dessa medida tão reclamada pela sociedade brasileira.

Agora querem jogar no Estado do Paraná o trabalho sujo de atacar o seu povo. Nós não queremos aqui no nosso Estado um governador que seja carrasco da sua gente, temos muitas diferenças com o Governador Roberto Requião, temos muitas e os Senhores Deputados são testemunhas disso, que nós vimos aqui diariamente nesta Tribuna cobrar, exigir, criticar, mas nesse caso nos assusta o fato de que nenhum Deputado, principalmente da Bancada de sustentação do Governo, tenha vindo aqui apoiar a iniciativa e a decisão do Governador Roberto Requião em não efetuar os despejos das famílias de sem terras do Estado do Paraná.

Nós que já participamos de uma Comissão Especial para verificar conflitos fundiários neste Estado e outras tantas iniciativas que foram tomadas pela Bancada do PT, revelou quanta sujeira, quanto descaço, quanto omissão está por trás da questão fundiária nesse Estado, a convivência dos órgãos federais; e cabe aos Senhores Deputados, se amanhã nós estivermos vendo aqui perante esta Casa, uma intervenção que irá adentrar no Palácio Iguaçu, não para retirar um político por acusação de corrupção, porque essa sim, nós defendemos que é necessária para resguardar as instituições.

Mas retirar do poço do Governo do Estado, o cidadão que se recusa a usar a Polícia Militar do Paraná, como instrumento de repressão ao nosso povo. A questão da reforma agrária é importante que se diga. Se fala muito em democracia, no direito de escolher, de votar. Mas nós temos que nos perguntar: o que é verdadeiramente democracia e liberdade? É livre o homem que não pode alimentar os seus filhos? É livre o homem que não tem uma casa para morar? É livre o homem que não tem acesso a um pedaço de chão para plantar? Que democracia é esta, que determina que seres humanos fiquem morrendo na beira das estradas, nas favelas, enquanto as terras férteis deste Estado ficam a engordar boi, para enriquecer e comprar camionetes de luxo para meia dúzia? Que democracia é essa, que liberdade é essa?

Então para nós, a democracia e a liberdade estão condicionadas a garantir a todo homem deste Estado as condições mínimas para que ele possa trabalhar a ele e a sua família.

Nós gostaríamos de estar aqui comemorando essa democracia, mas infelizmente no Brasil a liberdade é para poucos.

Quando nós vemos aqui defender e conchamar essa Casa, a defender a postura do Governador Roberto Requião, nós estamos aqui também a exigir que essa atitude não seja apenas uma atitude para ganhar ou perder. Mas que ela seja traduzida também a partir de agora, nas ações do Governo do Estado, em decisões firmes, corajosas e ampla em defesa dos pequenos agricultores, em defesa da reforma agrária.

O Governo do Estado do Paraná anunciou e foi vencedor nas eleições dizendo que iria adotar programas de defesa dos pequenos agricultores. Temos na verdade o programa "Panela Cheia", mas até agora esse programa mais serviu como modelo, como cenário para publicidade, do que propriamente um programa sério e profundo que alocasse recursos significativos para alterar a situação no campo.

Nós estamos aqui exigindo que essas famílias - que estão produzindo de forma rudimentar uma quantidade de alimentos significativa, que em muitos Municípios representam mais da metade da produção - sejam apoiadas efetivamente com recursos que lhes permitam recuperar o solo, que lhes permitam fazer investimentos para aumentar a produtividade, que lhes permitam efetivamente garantir o seu sustento e viabilizar a pequena produção no Estado.

Então, nós da Bancada do PT, tivemos que tomar uma atitude em defesa de algo que nós entendemos que é muito importante. Não estamos aqui defendendo a pessoa de Roberto Requião. Nós estamos aqui defendendo as instituições democráticas, porque se quisermos intervir, a justiça tiver que intervir nos Governos Executivos, Municipais, Estaduais e Federais, que o faça para moralizar a coisa pública. Que o faça para obrigar o Congresso Nacional a fazer as leis que tem que fazer, mas não intervir para garantir que o Estado se transforme em carrasco do seu povo.

Nós estamos enviando, e pedimos o apoio dos Senhores Deputados, três requerimentos. Um deles para a Bancada Federal do Estado do Paraná, que se mexam em Brasília para fazer aprovar a regulamentação da reforma agrária, que possa garantir ao Governo Federal os instrumentos legais e institucionais para aplicação desta importante medida que a sociedade brasileira reclama, para que o processo de reforma agrária possa ser feito com paz e com justiça.

Segundo, estamos enviando requerimento - e pedimos também o apoio de Vossas Excelências - endereçado ao Supremo Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do nosso País, para que não acatem o pedido de intervenção no Estado do Paraná e que de outro lado, defiram o mandado de injunção

impetrado pelo governo do Estado, contra o Congresso Nacional.

E finalmente, também um requerimento colocando a nossa solidariedade e apoio da Assembléia Legislativa do Paraná a firme decisão do Governo em não cumprir os mandados de reintegração, pela violência, como quer, infelizmente, a justiça neste País.

Era isto, pedimos o apoio de todos os Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Inicialmente eu queria agradecer a liderança do PTB que me concede este espaço para fazer este pronunciamento, tendo em vista que o espaço do meu Partido já foi usado anteriormente por um companheiro de Bancada.

E em segundo lugar eu gostaria de dizer que nós da Bancada do Governo temos muito claro a postura do Governador Roberto Requião diante dos problemas que afligem sobretudo a população mais carente do nosso Estado.

E para nós não se constitui novidade a sua postura diante do Supremo, quando foi - valendo-se de um dispositivo constitucional que é o mandado de injunção - exigir das autoridades superiores da República - a começar pelo Senhor Presidente, pelo Presidente do Senado, que é cumulativamente o Presidente do Congresso - explicações pela não regulamentação de dispositivos da Constituição, que já deveriam ter sido regulamentados e esta é a razão do mandado de injunção. Por quê? Porque sua Excelência não pode de maneira alguma, a pretexto de vários pedidos de intervenção no Estado, se submeter a ações autoritárias, injustas, contra um sem número de trabalhadores que ocupam propriedades no Estado do Paraná.

O mandado de injunção serviu exatamente para mostrar a Brasília que aqui no Estado do Paraná a questão fundiária é séria e grave e exige do Governo Federal e das autoridades superiores da República, inclusive do Congresso, a quem nesta hora nós devemos responsabilizar pela não regulamentação de dispositivos constitucionais a respeito da matéria, de que se lá não se cumprem com as suas obrigações, ele aqui também não vai se valer da força para cometer injustos e arbitrários contra dezenas e dezenas de famílias que ocupam pacificamente áreas de litígio no Paraná.

Em terceiro lugar, gostaria de aqui tecer alguns comentários a respeito de um recente encontro havido em Londrina na Câmara de Vereadores, onde esteve presente o

Governador Roberto Requião e boa parte da sua equipe de Governo e mais de 100 Prefeitos do Estado do Paraná.

O comentário que pretendo tecer aqui nesta hora, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, é no sentido de reparar uma injustiça, a meu ver praticada pelo Prefeito de Londrina, Antônio Belinati, quando disse na oportunidade, ao saudar o Governador Roberto Requião, que lá estava para assinar convênios do PEDU com mais de 100 municípios e anunciar duas importantes obras para Londrina.

Dizia o Prefeito Antônio Belinati na sua saudação, que Londrina teve três Governadores e nenhum dos três procurou fazer para a cidade aquilo que a cidade deles esperava.

E eu me lembrava na oportunidade, que realmente Londrina teve três Governadores: o primeiro foi Hosken de Novaes, que substituiu Ney Braga na interinidade por poucos meses. Hosken de Novaes, se não fez obras públicas, fez muito por Londrina. Só pelo fato de ele, como Governador, sendo de Londrina, administrar as finanças do Estado com a seriedade, a competência com que ele administrou, ele fez muito por Londrina.

Na sequência veio o Richa. Dizer que o Governador José Richa não fez nada por Londrina é uma das injustiças maiores que alguém poderia praticar contra um homem público neste País. O que o Richa fez por Londrina, olha, eu não sei quando Londrina vai poder pagar; ele fez muita coisa por Londrina. E eu começaria destacando - e o Deputado Heinz vai se lembrar do que vou dizer aqui - quando o Wilson Moreira recebeu a Prefeitura do Prefeito Belinati em 1983 a Cidade estava totalmente esburacada. Sabem de que forma a Cidade foi reconstruída? Teve a sua malha urbana rodoviária reconstruída? Através de uma ajuda direta, sem a qual Wilson Moreira não teria recuperado a malha asfáltica de Londrina, ajuda direta do Governador José Richa.

Londrina tem na sua memória as imagens da cidade esburacada em que se encontrava naquela oportunidade. E uma operação dessas numa cidade do tamanho de Londrina não se faz de uma hora para outra e com qualquer quantia de recursos públicos.

José Richa tinha Heinz como Secretário - e ele se lembra disso - asfaltou quase todos os distritos de Londrina e não cobrou um centavo da população do nosso Município. Ele não fez todos os acessos porque não teve tempo físico para tanto e deixou para o Alvaro a sua conclusão.

A Biblioteca Pública de Londrina, onde funcionava o Fórum da Cidade, uma obra histórica do Município, pertence ao Muni-

cípio de Londrina por ato pessoal do Governador José Richa que encaminhou a esta Casa uma proposta de doação.

Eu ficaria nestas três, apenas nestas três grandes obras que o Richa realizou quando Governador, em benefício de Londrina. Lembro-me de uma outra grande participação do Richa que não poderia de maneira alguma deixar de registrar neste momento: é que quando Wilson Moreira assumiu a Prefeitura ele pegou a Prefeitura falida, desmoralizada, desacreditada. Não tinha Fundo de Garantia recolhido; não tinha IAPAS recolhido; salário dos funcionários atrasado; fornecedores; até a padaria que fornecia à Prefeitura, não recebia. Richa repassou uma soma vultuosa de recursos para o Prefeito Wilson Moreira colocar em dia as finanças do município e poder realizar a grande gestão que realizou.

Dizer que Alvaro Dias não fez nada por Londrina, é uma outra grande injustiça que o Prefeito Belinati cometeu.

Eu destacaria algumas obras do Alvaro, a começar pela conclusão e fechamento - e o Heinz se lembra disso porque ele era o Secretário - através de asfalto a todos os distritos de Londrina e quem conhece Londrina sabe o que isto representa ou representou para a sua população. Por exemplo, o acesso que liga o centro da cidade ao Distrito da Várzea, eminente Deputado Heinz Herwig. Treze quilômetros de asfaltamento, totalmente a fundo perdido que beneficia toda aquela região norte da cidade. Por exemplo, os hospitais da Zona Norte e da Zona Sul que foram obras comprometidas pelo Alvaro, inclusive da Zona Sul por mim, quando da minha campanha para Prefeito, mesmo tendo sido derrotado, eu fui ao Alvaro e disse: "Alvaro, foi um compromisso meu e teu, num comício de 40 mil pessoas, eu gostaria que você iniciasse e concluísse a obra do hospital da Zona Sul." E o Alvaro fez.

Dizer que o Alvaro não fez nada por Londrina, é mais uma outra grande inverdade e, no mínimo, uma grande injustiça do Prefeito Antônio Belinati contra Alvaro Dias.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo para um aparte.

O SR. JOSE TAVARES: Na seqüência, Deputado.

Se o Alvaro não tivesse feito nada do que eu estou aqui enumerando, somente o Projeto Tibagi, a maior obra de saneamento da história do Paraná, por si só, pagaria toda a votação que o Alvaro sempre teve em Londrina, desde Vereador até Governador do Estado. Londrina agora não tem mais que se preocupar com a questão da água, tão importante para a melhoria da qualidade de

vida da nossa população, que vivia momentos críticos de estrangulamento, de demanda reprimida e hoje o problema está, Deputado Anibal Khury, totalmente solucionado, graças à determinação pessoal do Vereador, Deputado, Senador e Governador Alvaro Dias, com o Projeto Tibagi, e é verdade. Nisso o Prefeito Belinati tem razão... O Requião já fez muito por Londrina neste ano. É uma grande verdade. Em um ano de governo, Deputado João Arruda, o Requião já fez muito por Londrina e nós temos que agradecer-lo por isso e neste aspecto, o prefeito Belinati não cometeu injustiça.

Requião, Deputado João Preis, já levou para Londrina milhões, bilhões de cruzeiros para serem aplicados, através de convênio com a prefeitura de Londrina, através do PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano. Milhões de cruzeiros, bilhões, aliás, de cruzeiros, integrando a cidade, através das mais diferentes regiões: norte-sul, leste-oeste, em convênio com o Município.

Requião em pouco tempo de governo, foi à Londrina anunciar a conclusão do mini-presídio, que é uma obra iniciada pelo Governador Alvaro Dias, cuja primeira etapa está concluída. O Requião foi também à Londrina para anunciar o início e a licitação de duas grandes obras. Uma, é o viaduto da Avenida Brasília, aquela avenida que corta Londrina para quem vem da grande Cambê, até a grande Ibiporã. O viaduto será concluído e já tem até uma empresa que venceu a concorrência e a obra será concluída. Realmente, é uma obra sonhada pela população de Londrina.

Presidente Anibal Khury, para concluir.

É uma outra obra, que o Governador Requião anunciou é a construção dos cinco conjuntos da Escola Oficina, uma escola profissionalizante, nos moldes daquela que ele aqui construiu quando Prefeito de Curitiba.

Portanto, eu não poderia, de maneira alguma, ficar calado nesta hora, diante destas declarações, que foram declarações dadas através da imprensa, não. Porque eu estava presente e ouvi essas declarações da boca do Prefeito Antônio Belinati. Não foi ninguém que me disse. Eu estava lá, presente.

Quero, portanto, resgatar a justiça para o Richa, para o Alvaro e também para Hosken de Novaes, e dizer que quanto a Requião, realmente o Prefeito de Londrina foi feliz quando disse que fez muito pela nossa Cidade.

Se Vossa Excelência me permite, por uma questão até de delicadeza, eu gostaria, já que ele insistiu por duas vezes, de conceder aparte rápido ao eminente Líder, Deputado Dirceu Manfrinato.

SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Queria pedir a Vossa Excelência, por duas vezes, por exagerar no tempo, fui cortado neste microfone.

Só queria comunicar a Vossa Excelência que o Deputado José Tavares já fala há 15 minutos no Horário de Liderança do PMDB e que em outras oportunidades que eu assim fizer, passar alguns minutos do nosso Horário, que Vossa Excelência tenha o mesmo procedimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na ocasião, nós discutiremos o assunto.

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, eu consulto Vossa Excelência se permite que eu conceda um aparte, apenas um aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato, lamentando evidentemente ao Líder do PT, que realmente, quando a gente fala verdades, a verdade incomoda. E eu lamento ter incomodado o eminente Líder Ovídio Constantino.

Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Aparte) - Muito obrigado.

Eu quero parabenizar Vossa Excelência e quero, também, ser testemunha do que foi feito por Londrina, pelo ex-Governador José Richa.

E não fica só no Governador José Richa. Nós podemos dizer, também, da participação do ex-Governador João Elísio.

O SR. JOSE TAVARES - E verdade.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Aparte) - Não podemos esquecer de forma nenhuma o que o ex-Governador fez por Londrina. E, na sequência o Governador Alvaro Dias. A duplicação da Rodovia Londrina - Maringá, com a participação do ex-Governador João Elísio, também.

Deputado Tavares, eu diria a Vossa Excelência que quando o próprio Prefeito de Londrina, Antonio Belinati, afirmou que o Requião já fez por um ano na cidade de Londrina. E eu quero confessar que não há nenhuma discriminação, nenhuma! Em Londrina, com relação ao apoio do Governo do Estado na Cidade de Londrina. Porque veja bem, Vossa Excelência, a Deputada Emília Belinati só vota contra o Governo, não deu sustentação em nenhum projeto de interesse do Paraná, do Governador Roberto Requião, e mesmo assim o Governador Roberto Requião tem injetado recursos e mais recursos para a Prefeitura de Londrina.

Parabenizo Vossa Excelência. Acho que as Lideranças que dão sustentação, neste Plenário, ao Governo, têm que levar ao conhecimento da população de Londrina aquilo

que o Governo está fazendo por Londrina. Muito obrigado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não poderia ficar quieto no que se referiu à Deputada Emília Belinati. Eu acho que em vários momentos nós votamos projetos importantíssimos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem que levantar a Questão de Ordem, citando o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

Prossegue-se a sessão com a palavra do Deputado José Tavares.

O DR. ROSINHA - ... para que seja preservada a verdade contra a mentira. É esse o Regimento Interno.

O SR. JOSE TAVARES - Eu quero, Senhor Presidente, agradecer a Vossa Excelência pela concessão do horário do PTB para fazer este pronunciamento e também dizer que fui movido por uma questão de justiça, até porque nós, do PMDB, desde a eleição de Richa até a eleição de Requião, assumimos compromissos com a população e felizmente estes compromissos vêm sendo cumpridos pelos nossos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA: - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna, para ratificar aquilo que dizia o líder do PT, Deputado Ernani Pudell, com relação à postura do Governo do Estado no que diz respeito à tentativa do Governo Federal em tentar intervenção em nosso Estado. Teve de fato uma postura paranista, que tem que se destacar e nesta tribuna nós não temos tido vergonha de destacar as ações do Governo do Estado, como a que fizemos anteriormente em relação ao transporte dos trabalhadores volantes.

Da mesma forma, eu acredito que a Bancada do Partido Democrático Trabalhista em momento algum, e quando eu digo Bancada do Partido Democrático Trabalhista, não estou com nenhuma procuração da Deputada Emília Belinati nem dos demais companheiros. O Partido Democrático Trabalhista nesta Casa, jamais negou voto a diversas matérias do Governo do Estado aquelas que dizem direito a suplementações para diferentes Secretarias, porque acredita que os pedidos são para atender os interesses do Estado do Paraná e as questões pessoais es-

tão acima de todas essas problemáticas.

Então nós não podemos concordar em hipótese alguma, porque se a Deputada Emilia Belinati tem votado contra, obviamente a Bancada do PDT também teria votado contra o que não é verdade. Nós temos nos somado a diversos projetos e eu acredito que não é por aí que a Casa vai crescer nessas ações. Temos combatido obviamente, a nível de partido democrático trabalhista, temos combatido aquilo que não está claro, que não está transparente, e temos deixado bastante claro essas posições. Mas temos nos somado àquilo que interessa ao Paraná.

E nesse momento eu queria inclusive citar aquilo que falei quando do meu pronunciamento Deputado Eurides Moura. Eu não gostaria de ter os seus agradecimentos pelo requerimento que apresentei à Casa não, eu quero me somar a Rolândia e a todos os municípios do Paraná, porque no momento em que nós nos somarmos defendendo os interesses dos Municípios do Paraná, nós estaremos cumprindo nada mais, nada menos do que a nossa obrigação como parlamentares desta Casa. Se houve na cidade de Rolândia qualquer trabalho contrário a V.Exa. não é uma iniciativa do Deputado que vos fala, e quando se tem que gostaria que o problema do Contorno Sul de Rolândia, não estivesse preso à presença do Prefeito do PDT naquela localidade, eu citei e fiz questão de frisar que eu tinha a certeza de que provavelmente o Prefeito de Rolândia não seria o obstáculo para a realização da obra. E jamais me somarei a isto.

No momento que tiver que defender e tiver apoio como em outras oportunidades levantei problemas com relação à cidade de Ivaiporã, no momento em que nós pudermos nos somar para atender aquilo que o Paraná precisa, nós estaremos atendendo nada mais, nada menos a nossa função dentro desta Casa.

Por isto Deputado Eurides Moura, a questão levantada por V.Exa. com relação à minha postura em termos que o obstáculo não fosse o nosso Prefeito por ser do nosso partido naquela localidade, eu em momento algum coloquei aquilo como sendo obstáculo, porque eu acredito que o Governador do Paraná há de ver a prioridade do povo de Rolândia, do Norte do Paraná e do Estado, como elemento principal para realização daquela obra. Porque me preocupei nessa oportunidade; porque eu via a imprensa do Paraná dizendo que três bilhões de dólares já haviam sido gastos naquela obra. E aquele dinheiro não nos pertence, aquele dinheiro pertence ao povo do Paraná, e as manifestações havidas nesta Casa, no momento do pronunciamento de V.Exa., eu faço questão de me somar a elas e quiçá possam essas manifestações fazer com que o trabalho para retomada daquela obra, sejam

o mais breve possível.

Eu estou me somando, tive votos em Rolândia, tenho amigos em Rolândia, tenho amigos em diferentes municípios do Paraná, e vou me somar ao Paraná, quando for preciso.

Por isso, em momento algum eu tentei entrar na seara de V.Exa., em momento algum eu tentei entrar nas questões pessoais que existem naquela região em relação a V.Exa., porque eu tenho certeza que aqui nesta Casa eu represento um dos 54 Deputados que defendem os interesses do povo do Paraná e de seus municípios, eu não entrei em seara de V.Exa. e nem é o meu objetivo. E somarei toda vez que V.Exa. precisar de meu apoio, do apoio ao povo de Rolândia, ao povo do Paraná, nas questões transparentes como são estas, que estão postas aqui pela imprensa.

E esta foi a preocupação que nós tivemos quando apresentamos requerimento a esta Casa, simplesmente, reforçando a manifestação da comunidade de Rolândia.

Concedo o aparte à nobre Deputada Emilia Belinati.

A Sra. Emilia Belinati:- Eu gostaria de dizer que eu não vou responder ao pronunciamento do Deputado José Tavares, porque é um político, é questão política antiga. Eu acredito que o resultado das urnas é que disse se o Prefeito de Londrina foi bom Prefeito ou não. Não vou entrar na questão do mérito.

Só gostaria de dizer ao Deputado que disse que eu voto sistematicamente contra o Governo, que quando eu assumi um compromisso com o povo, diante dos votos que este povo me deu nas urnas, eu assumi o compromisso de vir aqui na Assembleia Legislativa defender os interesses do povo paranaense! E quando os projetos do Governo do Estado beneficiam a sociedade, o todo, eu tenho votado sempre com o Governo, quando a Oposição apresenta projetos, nesta Casa, que eu não concordo, eu tenho votado contra.

Eu tenho procurado ter uma postura de coerência; tenho procurado aprender, nesta Casa. Tenho muitas falhas, tenho muitos defeitos, com certeza eu tenho muito que aprender, mas eu tenho muita responsabilidade e levo meu trabalho muito a sério, eu não venho a esta Casa para brincar, eu não venho a esta Casa para fazer críticas, sem fundamentos! Eu não venho a esta Casa para votar contra o Governador ou contra o Governo, eu venho a esta Casa para cumprir com o meu dever de Parlamentar. Com o dever que o povo me deu, colocando nas urnas o seu voto dizendo que me queria aqui, na Assembleia Legislativa!

Eu procuro cumprir o meu trabalho com responsabilidade, seriedade, coerência!

Não faço oposição sistemática ao Governo do Estado!

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de V.Exa. e concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio:- Deputado Paulo Maia, eu acredito que o pronunciamento do Deputado José Tavares foi, como disse a Deputada Emília Belinati, um pronunciamento político. Eu acredito que agora começa, na verdade, este tipo de posições, aqui na Assembléia. Eu acho que as urnas disseram muito bem o que foi o resultado das eleições, em Londrina.

O Deputado José Tavares dormiu Prefeito e acordou suplente de Deputado, com todo o respeito. E eu acho que recaída veio um pouco tarde, por esta razão começam agora esses pronunciamentos que não levam a nada.

Eu acho que foi, acima de tudo, deslegante o que se fez aqui, em relação à Deputada Emília Belinati, desrespeitoso em relação à Bancada do PDT, que tem demonstrado nesta Casa aqui, durante toda esta Legislatura, uma posição de coerência, de Oposição responsável. A própria Deputada Emília Belinati, que tem sido apontada como a grande revelação política deste Estado, pela imprensa paranaense, tem tido aqui uma posição de coerência. Vamos dar aqui até um dos exemplos, que é a Mensagem do Governador, criando o Conselho da Criança e do Adolescente. Foi o trabalho da Deputada, nas comissões que puderam aprofundar mais a discussão do projeto e o levaram a aprovação deste Plenário. Este foi um dos projetos que foi votado e que teve o apoio da Deputada Emília Belinati. A posição da Bancada do PDT tem sido de coerência, de oposição responsável, e em muitas ocasiões até, não só do PDT mas das oposições aqui, tem dado quórum para a votação e projetos do Governo, quando a própria Bancada do Governo não se faz presente, ao Plenário!

Então lamento profundamente que numa sessão, até sem muitas discussões grandes, se levantasse aqui problemas de gestões passadas de Londrina, que não têm nada a ver. E, acima de tudo é preciso lembrar que existem três administrações que estão sendo exemplo, no País, Curitiba, Londrina e Guarapuava, exatamente onde estão os governantes do PDT.

O SR. PAULO MAIA:- Agradeço a contribuição de V.Exa.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Eurides Moura.

O Sr. Eurides Moura - Apenas, nobre e estimado Deputado, para dizer que o De-

putado Eurides Moura e o ilustre Prefeito José Grasolo mantêm um excelente relacionamento para o bem de Rolândia, não obstante sermos de partidos diferentes, trabalhamos arduamente para o bem daquela população porque o rolandense não está preocupado se o Prefeito é de um partido, se o Deputado é de outro, eu creio que é assim que devemos agir nós, os políticos.

É verdade que não o Prefeito, mas sim pessoas de sua administração, aí sim, eu quero referir esta questão deste movimento que está sendo feito no momento para tirar proveito político, exatamente isto que está acontecendo; são três anos e meio realizados na administração.

Agora, não o Prefeito, mas um elemento ligado ao Prefeito é que levanta esta questão do contorno Sul de Rolândia.

Por isso, eu sou obrigado a dar ciência, informação ao ilustre Deputado, que talvez não tenha as informações adequadas em função de residir em uma cidade bastante distante de Rolândia.

Por isso é que estamos falando e pedindo este aparte, e dizendo que o relacionamento do Deputado e do Prefeito é dos melhores, porque o povo de Rolândia merece.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA:- Eu quero colocar a V.Exa. que o que me levou a esse pronunciamento também é o que está aqui a nível de folha, quando diz: Entre as entidades que estiveram representadas ou que se manifestaram solidárias ao movimento estão a Associação Comercial de Moradores, Lions Club, Rotary Club, Rolândia-Curiuva, Associação dos Professores, Escolas Estaduais e Municipais, Associação Médica, Loja Massônica, Associação dos Engenheiros, Conselho de Pastores, Advogados e trabalhadores em geral.

Eu creio que isto nobre Parlamentar leva qualquer Parlamentar, que pertence a esta Casa, a tomar iniciativa para se somar a esta movimentação, independente se existe terceiros com segundas intenções. Eu creio que o motivo maior da nossa soma à sua preocupação se teve esse fatos, e também quando o próprio jornal diz: "Enquanto o Governo não se decide pela retomada do contorno, a erosão aumenta até nos trechos em que a camada base-de-pedra havia sido colocada; o mato também ocupa grande parte do trecho de nove quilômetros e meio".

Então, isto é uma questão colocada, se ofendi Vossa Excelência pela iniciativa que tive, não foi com o objetivo de fazê-lo, porque com certeza V.Exa. terá o meu apoio com outras instituições nas questões relevantes que implicam nas reivindicações

de uma sociedade e que representam os interesses do Paraná.

Concedo o aparte ao Nobre Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Eu tenho uma profunda admiração pelo Deputado Eurides Moura, meu companheiros como tenho uma profunda admiração por V.Exa., Deputado Paulo Maia.

Eu entendo que, eu por exemplo fui votado no Paraná inteiro, até no município onde eu fiz um voto eu tenho uma satisfação a dar a esse município porque afinal de contas teve um eleitor lá, que votou em mim. Eu estava no meu gabinete agora, despachando uma média de cem ofícios que eu mando ao Governador, ao invés de passar por aqui, eu não me incomodo com isso, mando direto ao Governador, mando direto ao Secretário Mário Pereira, que eu tenho um bom relacionamento, mando a órgãos do Governo do Estado.

Esse manifesto que V.Exa. recebeu, eu também recebi no meu gabinete, eu já bati o ofício, já encaminhei às autoridades de direito, mas gostaria de dizer a V.Exa. que eu também recebi o ano passado um outro manifesto também de Rolândia, eu recebi da Câmara de Vereadores também, acredito que a maioria dos Parlamentares.

Acho que o problema é o seguinte, o Deputado Eurides Moura deve se sentir feliz, deve se sentir alegre não é porque ele é o Deputado de Rolândia, e o Deputado Colombino é o Deputado de Arapongas, acho que todos os Deputados aqui têm o direito de trabalhar não só por um município mas por todo o Estado do Paraná. Eu posso ajudar a cidade de Rolândia, de Cambé, do meu querido Durval Amaral, eu posso até ajudar alguns municípios do Deputado Cleiton.

Acho que o Deputado está aqui é para trabalhar pelo conteúdo, pelo Estado do Paraná, é o importante é isso, e realmente acho que o Deputado Eurides Moura, me permita, eu acompanhei a sua luta quando era Prefeito, perdi a eleição com ele, V.Exa. sabe, perdemos as eleições abraçados para o PDT naquela época, mas isso não foi desonra, Perasolo é meu amigo, tenho ajudado ele em tudo que posso, sempre que posso, recebo uma série de pedidos, a Prefeitura tem ajudado, mas acho que o que V.Exa. está fazendo na tribuna é muito importante.

V.Exa. é Deputado do Paraná, então nada mais do que sua obrigação está fazendo de estar lutando não só pelo seu município, mas está lutando pelo conteúdo, nós não somos Deputados de Londrina, de Curitiba, de qualquer cidade, nós somos Deputados do Paraná, nós temos que nos preocupar pelo Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Essa é a nossa visão.

Eu concedo aparte ao Deputado Mário Bezerra, se o Presidente permitir.

O Sr. Mário Bezerra - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e a tolerância da Presidência.

Eu só quero me solidarizar à Deputada Emilia Belinati, endossar em parte o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio e dizer como Deputado de Oposição nesta Assembleia, ninguém faz oposição sistemática, infelizmente com todo respeito que tenho para como o Deputado Tavares ele foi muito infeliz ao tentar atingir a Deputada Emilia Belinati.

Gostaria também, de, não em comprando a defesa do Prefeito de Londrina Antonio Belinati, acredito que ele tenha se pronunciado na época junto ao Governo do estado fazendo referência ao pouco que Londrina recebe em troca do muito que oferece.

Londrina é a terceira cidade do Sul do Brasil, oferece muito a nível de impostos, ICM, etc. etc., acredito que o Prefeito de Londrina tenha se referido ao pouco que recebe ao muito que oferece ao Estado do Paraná.

Todos os Prefeitos, acredito, teriam o desejo dese expressar como o Prefeito Belinati. Mas como Londrina é uma cidade quase independente ele tem essa autonomia para dizer "as barbas" do Governo a verdade "nua e crua".

Muito obrigado.

O Sr. José Tavares - Deputado Paulo Maia, me permite um breve aparte.
Fui citado duas vezes. Rapidamente.

O SR. PAULO MAIA - Depende da Mesa.
Está concedido aparte à Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares - Obrigado.

Quero dizer a Vossa Excelência e ao Deputado Algaci Túlio e também à Deputada Emilia Belinati por quem eu tenho muito respeito, dizer que em momento algum eu me dirigi a Sua Excelência, Deputada Emilia Belinati.

Não falei o seu nome uma única vez, e em segundo lugar dizer que não é problema político Deputada porque eu não sou candidato à Prefeito e nem o marido de Vossa Excelência é candidato a coisa alguma nessas eleições.

E em terceiro lugar, não é porque perdi a eleição, perder a eleição não é privilégio de ninguém.

Perdi a eleição por uma diferença insignificante, todo mundo sabe, e em momento algum eu expressei aqui nesta Casa ou no Congresso Nacional uma postura de indignação pela derrota; eu sei o quanto

Gustou a derrota para mim e para minha família e eu absorvi tranquilamente como cidadã normal.

Agora o que me trouxe a esta Tribuna foi em função de fatos recentíssimos Deputado Paulo Maia, fatos recentíssimos Deputado Algaci Túlio. Se os fatos foram gerados agora, eu não tenho culpa. Agora, Vossa Excelência também Deputado Algaci Túlio disse uma outra inverdade que eu dormi Prefeito e amanheci suplente de Deputado Estadual...

O SR. JOSE TAVARES - ... É mentira. Eu dormi Prefeito e continuei Deputado Federal, tinha mais dois anos de mandato com Deputado Federal. E depois fui disputar uma eleição atípica, tão atípica que Vossa Excelência mesmo quase perdeu a eleição em Curitiba num colégio de oitocentos ou novecentos mil eleitores...

O SR. ALGACI TOLIO - Sr. Presidente, (Pela Ordem)
(Assentimento).

Já não se trata de um aparte e sim um discurso paralelo.

O SR. JOSE TAVARES - Eu gostaria que o Deputado Algaci Túlio me ouvisse, eu o ouvi...

Só para concluir, para não ficar sem conclusão, para deixar bem claro que em momento algum eu me referi à Deputada Emilia Belinati e não é problema político porque foi em função das declarações do Prefeito recentemente. E eu não amanheci 1º suplente de Deputado Estadual; 1º suplente de Deputado Estadual eu amanheci depois das eleições de 03 de outubro de 1990.

O SR. PAULO MAIA - Eu acredito que em momento algum eu citei o nome de Vossa Excelência e essa citação feita ao nome da Deputada Emilia Belinati foi feita pelo Deputado Dirceu Manfrinato. E nós fizemos, inclusive, a nossa manifestação em nome do Partido Democrático Trabalhista dizendo aquilo que também ela reforçou não estamos aqui para fazer oposição sistemática, mas para votar as coisas do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PL.
(Declina)

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 152/92/GLG/PMDB, subscrito pelo Sr. Depu-

tado Orlando Pessuti, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 do corrente mês em função de viagem ao Município de Cianorte. - A Diretoria Legislativa para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Com vistas à Liderança do Governo.

A Mesa advertiu a Liderança do Governo sobre os Pedidos de Informações que foram encaminhados ao Poder Executivo...

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento aos seus lugares e permaneçam silentes enquanto a Mesa passa a decidir uma questão de ordem importante.

A Mesa advertiu a Liderança do Governo.

Pedido de Informação do Deputado Rafael Greca com 180 dias. Consta que esse pedido de informação foi jogado ao lixo pelo responsável da repartição.

PT - Secretaria da Administração: 90 dias

Doutor Rosinha SANEPAR: 43 dias;

Ademar Traiano - Governadoria: 27 dias;

Paulo Maia - FUNDEPAR. 27 dias;

Luiz Carlos Martins - Secretaria dos Transportes: 27 dias;

Ceraldo Cartário - 27 dias vencidos.

A Mesa vai determinar à Procuradoria Geral da Assembléia que encaminhe pedido de responsabilidade criminal dos responsáveis pelo não atendimento dos requerimentos de pedidos de informação de acordo com o Artigo 55 da Constituição Estadual.

A Mesa da Assembléia Legislativa encaminhará pedido inscrito de informações aos Secretários de Estado a requerimento de qualquer Parlamentar após a aprovação do Plenário.

Parágrafo Único: importará crime de responsabilidade dos Secretários a recusa ou não-atendimento no prazo de trinta dias bem como a prestação de informações falsas.

Nestas condições, a Procuradoria da Assembléia vai encaminhar ofício ao Procurador da Justiça promovendo a responsabilidade criminal dos Senhores funcionários ou Secretários que não atenderam ao Dispositivo Constitucional.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 199/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA - Estabelece critério para a concessão, por parte do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, da autorização de acesso às rodovias estaduais aos estabelecimentos

comerciais situados contiguamente à sua faixa de domínio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.S.P. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 044/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA - Dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 9.562, de 30 de janeiro de 1991 (Município de Ramilândia). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devidamente anotado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/92, de autoria do Deputado PAULO MAIA - O Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringem o direito da mulher ao emprego rural. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 080/92 A REQUERIMENTO APROVADO PELO PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 066/92.- Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 066/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/92, de autoria do Deputado PAULO MAIA - Declara de utilidade pública a Casa da Estudante Universitária de Curitiba, com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/92, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN - Concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Pereira de Almeida. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devidamente anotado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/92, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO - Declara de utilidade pública a Comunidade Feminina de Assistência às Dependentes de Drogas e/ou Alcool, com sede

Curitiba, terça, em 26.05.92

e foro no Município de Jacarezinho, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/91, de autoria do PODER EXECUTIVO MENSAGEM Nº 55/91, que transformam a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia dotada nos termos do art. 7º, inciso I da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autônomo de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 94, de 12.08.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 327/91

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 55/91

P A R E C E R:

SOMULA: Transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei 8485 de 03.06.87, em personalidade jurídica de direito público, autônomo de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU.

Analizando o presente Projeto de Lei, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 327/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 55/91, tem como objetivo transformar a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, em personalidade jurídica de direito público, autônomo de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU.

Sobre a matéria, em sua parte legal, constitucional, jurídica e de técnica le-

gislativa, já foi emitido parecer favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder.

Sendo assim, comos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 327/91.- Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 327/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 778, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 777, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 785, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 789, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 779, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 782, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 783, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nºs 786, 787, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 781, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 792, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli,

constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 793 e 795, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 784, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoioamento dos Senhores Deputados Nelson Justus, Emilia Belinati, Mário Bezerra e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 790, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 794, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 791, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, com apoioamento dos Senhores Deputados José Tavares e Dobrandino da Silva, constante do expediente.- Encaminha-se na forma de apelo da Bancada do PT.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós solicitamos que colocasse em votação, para ir com um requerimento que tem muito maior importância do que simplesmente um apelo de três Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós não podemos interferir em outro Poder e ainda mais um Poder de origem republicana, que é o Tribunal Federal e outra coisa, a matéria está sub-judice, tendo 18 Senhores Ministros votado e um ministro requerido vistas, por sinal, um ministro do Paraná. Eu acho que nós estamos sendo bem cuidados lá.

Eu mantenho a minha decisão e encaminho o requerimento de Vossa Excelência como apelo da Bancada do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, então eu faço um convite aos demais Parlamentares das outras bancadas que subscrevam tal pedido, para que vá com maior peso político e não só como nós queríamos o peso do Poder Legislativo, mas sim de vários Senhores Parlamentares em apoio aos trabalhadores rurais sem terra.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112/92, 114/92, 116/92, 120/92 e 121/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MAIO DE 1992.

"Carta de Porto Alegre!

Saúde Como Direito à Vida

Indignação é o sentimento que no momento mais unifica os profissionais de Saúde Coletiva. Indignação contra o aumento da miséria e das desigualdades na vida, na doença e na morte. Indignação face o recrudescimento das velhas epidemias - cólera, dengue, malária e meningites, -, e a expansão das novas epidemias - homicídios, AIDS, intoxicações e acidentes. Indignação contra as chamadas políticas de ajuste econômico que impõem a passividade aos povos da América Latina impedindo-os de dirigir seus destinos. Indignação contra a privatização e o desmonte dos Sistemas de Saúde e de Seguridade Social. Indignação contra a corrupção, a incompetência político-administrativa e as ameaças à ordem institucional.

A Reforma Sanitária que defendemos impõe o fortalecimento das instituições democráticas que foram arduamente conquistadas nas lutas contra as ditaduras do Cone Sul. Requer, simultaneamente, a adoção de políticas econômicas, de educação, de saúde, de seguridade social e de ciência e tecnologia, consistentes com o desenvolvimento dos nossos países. Demanda, enfim, por sociedades independentes, livres, democráticas, justas e solidárias, capazes de erradicar a pobreza e a marginalização, de reduzir as desigualdades sociais e regionais, de promover o bem de todos, sem por preconceitos e discriminações, onde prevaleçam os direitos humanos e a defesa da paz.

A Nação brasileira conseguiu promulgar uma Constituição que reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, "garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam a redução do risco de

doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Esta Constituição tem que ser respeitada e cumprida. A revisão constitucional, após o plebiscito de 1993, não pode ser usada para que um Congresso não constituinte transfigure a Carta de 85.

O Sistema Único de Saúde no Brasil, apesar de legalmente constituído, tem sido progressivamente desvirtuado na sua implantação, seja pelo não funcionamento dos Conselhos de Saúde na maioria dos Estados e Municípios, seja pela não priorização da saúde por parte do Governo Federal, seja pela sonegação de impostos (FINSOCIAL) efetuada por grande parte dos empresários deste País.

A realização da IX Conferência Nacional de Saúde, no próximo mês de agosto, será uma oportunidade especial para a sociedade brasileira reafirmar o seu projeto de Reforma Sanitária e estabelecer as diretrizes para a política nacional de saúde dos próximos anos. Este fórum, também conquistado pela sociedade civil organizada, deverá ser o interlocutor privilegiado para orientar as ações dos governos na área de saúde. Neste particular, cabe discutir e encaminhar soluções relativas a organização da Seguridade Social, ao financiamento estável do setor saúde, a saúde mental, à saúde do trabalhador, à vigilância sanitária e à saúde do consumidor, à questão das patentes e das indústrias farmacêuticas e de equipamentos.

Do mesmo modo, as eleições municipais de novembro favorecem a mobilização da sociedade em todas as cidades do País para redefinirem a administração pública, discutirem as políticas sociais no âmbito local e revisarem as questões urbana e do meio ambiente.

Diante da indignação, o movimento pela democratização da saúde rearticula suas forças e investe na criatividade. Este III Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e o Primeiro Encontro de Saúde Coletiva do Cone Sul representam o fortalecimento deste movimento, pois ampliaram o diálogo entre irmãos do Cone Sul em termos de experiências e de desenvolvimento científico e tecnológico, além de promover a aproximação da produção acadêmica aos serviços da saúde, especialmente dos municípios. O movimento reitera que a IX CNS é uma conquista da sociedade, não uma concessão do Governo e considera as eleições para os municípios como um momento fundamental de reafirmação da cidadania e da construção de um novo projeto de sociedade para o Brasil.

Porto Alegre, 20 de maio de 1992.

III CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA
I ENCONTRO DE SAÚDE COLETIVA DO CONE SUL

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e dois, às 9:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado NELSON JUSTUS, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Sr. Relator CLAYTON KIELSE BORDINI CRISÓSTOMO aos Projetos de Lei nº 112/92, 113/92, 114/92, 116/92 e 118/92, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos.

Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que lida e achada conforme vai assinada pelo, Sr. Presidente e por mim, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e um dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e dois, às 9:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado NELSON JUSTUS, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Sr. Relator HEINZ HERWIG aos Projetos de Lei nº 120/92 e 121/92, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que lida e achada conforme vai assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Alceu Swa-

rowski e João Iensen. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 068/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/92. O Relator Deputado JOÃO IENSEN. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei Complementar nº 096/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 17/92. Relator Deputado JOÃO IENSEN. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 095/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 16/92. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 097/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 18/92. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 099/92, de autoria da Procuradoria Genal da Justiça - Ofício nº 358/92. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 098/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 19/92. Relator Deputado ALCEU SWAROWSKI. Parecer FAVORAVEL. APROVADO 07) Projeto de Lei nº 100/92, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado ALCEU SWAROWSKI. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 101/92, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado ALCEU SWAROWSKI. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 102/92, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado ALCEU SWAROWSKI. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DEPUTADO DURVAL AMARAL

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Alceu Swarowski, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Renato Adur, Nelson Garcia e João Iensen. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma

aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 368/91, de autoria do Deputado Rafael Greca, Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 529/91, de autoria do Deputado José Alves, (VEIO PARA A COMISSÃO APRECIAR A EMENDA DE PLENÁRIO). Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 120/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 31/92, Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 121/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 32/92, Relator Deputado Nelson Garcia; Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI
Presidente "ad hoc"
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Alceu Swarowski, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, João Iensen e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 119/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 30/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 113/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 24/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 118/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 29/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 116/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 27/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 112/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 114/92, de autoria do

Poder Executivo - Mensagem nº 25/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI
Presidente "ad hoc"
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse na hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com o seguinte Projeto: Projeto de Lei nº 050/92, de autoria do Deputado Mário Bezerra e outros. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
Presidente
Sylvana Zeballos
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Colombino Grassano, Hermas Brandão, Oswaldo Trevisan, Antônio Costenaro Neto, Luiz Carlos Martins, Toti Colaço, Emília Belinati, Nelson Justus, João Iensen e Nilton Barbosa. Passou-se a Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 69/92, oriundo do Poder Executivo. O Deputado Relator, Colombino Grassano apresenta um requerimento

mento solicitando que se convoque o Senhor Secretário de Estado de Assuntos do Meio Ambiente e o Senhor Presidente do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos lotados e vinculados a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e afins, para debaterem acerca desta mensagem, a fim de que se possa analisá-la posteriormente. Aprovado o Requerimento, com voto contrário dos Deputados Toti Colaço e Oswaldo Trevisan; 2) Projeto de Lei nº 130/92 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL ao Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 110/92 de autoria do Deputado Eurides Moura, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 379/91 oriundo do Tribunal de Justiça, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 44/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 94/92 de autoria do Deputado Paulo Maia, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 8) Proposição Veto nº 44/92 do Poder Executivo, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 119/92 do Poder Executivo. 10) Projeto de Lei nº 112/92 do Poder Executivo, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 116/92 do Poder Executivo, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 109/92 de autoria do Deputado Hermas Brandão, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 05/92 do Poder Executivo, Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa; 14) Projeto de Lei nº 501/92. de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, Aprovado para que se tome as devidas providências; 15) Projeto de Lei nº 79/92 de autoria do Deputado Antônio Costenaro Ne-

to, PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Colombino Grassano, Nelson Justus e Emilia Belinati. 16) Projeto de Lei nº 121/92 oriundo do Poder Executivo, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 60/91 de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 115/92 do Poder Executivo, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. Projeto de Lei nº 111/92 de autoria do Deputado Ernani Puddell. O Deputado Relator, Plauto Guimarães requer diligência - Deferido; 20) Projeto de Lei nº 108/92 de autoria do Deputado João Iensen, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 21) Proposição do Veto nº 48/92 do Poder Executivo, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - Aprovado; 22) Proposição Veto nº 39/92 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa; 23) Projeto de Lei nº 66/92 de autoria do Deputado Paulo Maia, PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati; 24) Projeto de Lei nº 113/92 do Poder Executivo, PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 25) Projeto de Resolução nº 60/90 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Rejeitado o parecer do Deputado Ovídio Constantino. O Senhor Presidente determina que o mesmo Projeto seja devolvido a Comissão Executiva, pois não foi exarado o parecer em virtude do Projeto estar prejudicado com a criação do Município em questão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os membros e deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO
Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA
Secretária